



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM



ADRIANA CORDEIRO DOS SANTOS

UM ESTUDO DO PRONOME *MESMO* COMO TERMO ANAFÓRICO EM
PRODUÇÕES DISCURSIVAS:
PASSADO E PRESENTE

Mariana-MG

2021

ADRIANA CORDEIRO DOS SANTOS

**UM ESTUDO DO PRONOME *MESMO* COMO TERMO ANAFÓRICO EM
PRODUÇÕES DISCURSIVAS:
PASSADO E PRESENTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Memória Cultural

Orientadora: Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes

Mariana-MG

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237u Santos, Adriana Cordeiro dos .

Um estudo do pronome mesmo como termo anafórico em produções discursivas [manuscrito]: passado e presente. / Adriana Cordeiro dos Santos. - 2021.
100 f.

Orientadora: Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Anáfora (Linguística). 2. Pronomes. 3. Referência (Linguística) . 4. Linguística histórica. I. Mendes, Soelis Teixeira do Prado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 81'1

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Adriana Cordeiro dos Santos

**"UM ESTUDO DO PRONOME *MESMO* COMO TERMO ANAFÓRICO EM PRODUÇÕES DISCURSIVAS:
PASSADO E PRESENTE"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Aprovada em 30 de agosto de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Ivanete Bernadino Soares - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende - Universidade Federal de Goiás - UFG

Profa. Dra. Soelis Teixeira do Prado Mendes, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 30/08/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Soelis Teixeira do Prado Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/11/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0213994** e o código CRC **02F75F0D**.

“O visível abre nossos olhos ao invisível”
(Anaxágoras de Clazómenas)

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo agradeço a DEUS pela sua eterna inspiração na minha caminhada, pois todo conhecimento provém Dele.

De modo especial, a minha mãe, por me apoiar nas minhas escolhas.

Ao meu eterno companheiro Guilherme, pelo apoio e compreensão durante todo o período do Mestrado.

Ao Pablo, um dos meus filhos de estimação, que me acompanhou com muitos latidos inspiradores durante a escrita desta dissertação.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem pelo companheirismo e conhecimento compartilhado.

Aos professores do Mestrado, Prof. Dr. Alexandre Agnolon, Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari e a Profa. Dra. Kassandra da Silva Muniz pelas referências indicadas que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

À orientadora Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes pelo suporte e incentivo.

Aos professores da banca examinadora, pela participação e valiosas sugestões.

À secretaria de Pós-Graduação em Letras da UFOP pela ajuda durante o curso.

À PCMG – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, pelo companheirismo durante a realização do Programa de Pós-Graduação e pela disponibilização dos dados que foram de grande importância para a realização desta pesquisa.

E a todos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte da minha formação.

Pois o Senhor é quem dá sabedoria; de sua boca procedem o conhecimento e o discernimento. Ele reserva a sensatez para o justo; como um escudo protege quem anda com integridade, pois guarda a vereda do justo e protege o caminho de seus fiéis.

(Provérbios 2:6-8)

RESUMO

A compreensão de um gênero textual de forma significativa decorre da organização de seus elementos linguísticos e da realidade em que tais elementos estão inseridos. Tal organização, segundo Ingedore Villaça Koch (2004), envolve vários processos sociocognitivos-interacionais dominados pelos interlocutores com a implementação de fenômenos que só se explicam durante a produção de texto. Entre esses fenômenos destacamos os processos coesivos de referenciação anafórica, como o frequente uso do pronome “MESMO”, da forma que possa vir a estabelecer uma relação significativa com outros elementos linguísticos presentes na produção discursiva. Partindo desse fenômeno, procuramos, através desta pesquisa, mostrar se a aplicação desse pronome de forma anafórica se trata de um uso especificamente contemporâneo ou se, ao contrário, é um uso antigo que permaneceu na língua e vem se propagando até os dias atuais. Com a finalidade de encontrarmos essa resposta, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos sincrônicos e diacrônicos da Linguística Histórica, coletamos excertos dos gêneros textuais: Boletim de Ocorrência, correspondente aos séculos XX e XXI; Termos de Devassas, correspondentes ao século XVIII e Estatutos de Irmandade, correspondentes aos séculos XVIII e XIX, nos quais foi coletado o pronome para a observação. Finalmente, após a análise desses dados coletados, relacionados com o referencial teórico desta pesquisa, os resultados mostraram o uso de “O MESMO” de forma anafórica, desde os manuscritos até os documentos correspondentes ao século XXI.

Palavras-chave: Referenciação. Anáfora. Pronome demonstrativo “Mesmo”.
Linguística Histórica.

ABSTRACT

The understanding of a textual genre in a significant way results from the organization of its linguistic elements and the reality in which these elements are inserted. Such organization, according to Koch (2004), involves several socialcognitiveinteractional processes dominated by the interlocutors with the implementation of phenomena that they are only explained during text production. Among these phenomena, we highlight the cohesive processes of anaphoric referencing such as the frequent use of the pronoun “SAME” as a way to establish a significant relationship with other linguistic elements present in discursive production. Based on this phenomenon, we sought, through this research, to show whether the use of this pronoun in an anaphoric form is a specifically contemporary use or if, on the contrary, it is an ancient use that has remained in the language and has spread to the present day. In order to find this answer, contributing to the development of synchronic and diachronic studies of Historical Linguistics, we collected excerpts from the textual genres occurrence bulletin corresponding to the 20th and 21st centuries, Devassas Terms corresponding to the 18th century and Statutes of Fraternity corresponding to the centuries XVIII and XIX in which “THE SAME” was collected. Finally, after analyzing these collected data related to the theoretical framework of this research, the results showed the use of “THE SAME” in an anaphoric form from manuscripts to documents corresponding to the 21st century.

Keywords: Referencing. Anaphora. Demonstrative pronoun “Same”. Historical Linguistics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.2 Tipos de pronome e a categoria do “MESMO”.....	19
1.4 A etimologia do “mesmo”.....	27
2.1 A Linguística Histórica: uma reflexão sobre as mudanças e permanências da língua.....	31
2.2 O uso do “mesmo” e a construção do sentido do texto.....	38
2.2.1 O estudo da unidade texto.....	38
2.2.2 Coesão textual.....	43
2.2.3 Coerência textual.....	47
2.3 Referenciação: um fator de construção de sentido.....	50
2.4 Processos de referenciação: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso através da anáfora.....	55
2.4.1 Formas de introdução de referentes no texto.....	56
2.4.2 A ativação ancorada com os mecanismos anafóricos.....	57
3.1 Gênero Textual: a materialização da linguagem.....	64
3.1.1 REDS (Registro de Eventos de Defesa Social).....	66
3.1.2 Termos de Devassa.....	67
3.1.3 Estatutos de Irmandade.....	69
3.2 Apresentação e análise dos corpora.....	70
3.2.1 Dados do PB contemporâneo: REDS.....	70
3.2.2 Dados da língua portuguesa do século XVIII: Termos de Devassa.....	84
3.2.3 Dados da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX: Estatutos de Irmandades.....	87

CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Considerada uma propriedade biológica da mente humana, a linguagem é vista como um instrumento da manifestação dos interesses, dos valores e das aspirações dos falantes de uma língua, materializados em produções textuais de forma organizada. Além disso, esta concepção em relação à linguagem baseia-se também em fatores sociais, históricos e ideológicos no qual o falante encontra-se inserido.

Em virtude da constatação dessa natureza heterogênea e extralinguística durante a expressão do pensamento por meio das palavras, Coutinho (1974, p.21) define a linguagem como “um conjunto de sinais de que a humanidade intencionalmente se serve para comunicar as suas ideias e pensamentos”, externado através do texto oral e escrito.

Conforme Koch e Elias (2006, p.7), “o texto é o lugar de interação de sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, (...) por meio de ações linguísticas e sociocognitivas, constroem objetos-de-discurso e propostas de sentido (...)”, a partir do uso de algumas formas de organização textual dispostas pela língua, como os processos de coesão e coerência textual. Em uma estrutura textual uma das formas para organizar, um texto consiste no uso de alguns elementos linguísticos como (pronomes, conjunções, advérbios, entre outros) que são responsáveis por conectar as frases que compõem o texto, conectando as frases que compõem o texto, denominado, no campo linguístico, de coesão textual.

De acordo com Fávero e Koch (1994), esses conectores podem funcionar de “maneira retroativa, sobre a informação anterior do contexto já enunciado (anafóricos), ou, de maneira projetiva, sobre a informação a ser veiculada no contexto subsequente (catafóricos)” (p.20). Sendo assim, estes elementos linguísticos referenciais, além de remeter a outros elementos no texto, interligam-se com os demais vocábulos com a finalidade de dar prosseguimento e compreensão à produção textual.

Para um melhor entendimento do uso desses conectores, vejamos o seguinte exemplo: “Quando o professor se retirou do recinto, os alunos fizeram **o mesmo**”. (FÁVERO; KOCH, 1994, p. 40). O conector coesivo anafórico utilizado nessa frase “o mesmo” faz referência à proposição “o ato do professor em se retirar do recinto” expressa anteriormente no texto. Já em relação ao exemplo: “Só desejo **isto**: que nunca te esqueças de mim.” (FÁVERO; KOCH, 1994, p. 40). O conector coesivo catafórico

utilizado nessa frase, “isto”, faz referência a outro item linguístico expresso no texto de forma posterior “que nunca te esqueças de mim”. Porém, ao tratarmos do uso dos conectores como uma forma de remissão ou sequenciação textual, alguns gramáticos e críticos da língua debatem sobre determinados fenômenos durante as produções de um discurso, como o caso do uso frequente do item “o mesmo” de forma anafórica em substituição dos pronomes ele/ela e o/a.

Em um blog apresentando dicas de português, escrito por Dad Squarasi, especialista em Língua Portuguesa, pertencente à coluna do *Correio Brasiliense*, apresenta o tema **Pérola Legislativa** sobre quando devemos usar o item *mesmo*. Após várias sugestões de uso desse item, Dad faz uma provocação com uma frase tradicional retirada de um artigo da Lei Distrital 3.212 de 30/10/2003: “Antes de entrar no elevador, verifique se **o mesmo** encontra-se parado neste andar”. (SQUARISI, Dad. Tema: Pérolalegislativa. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/perolalegislativa>. Acesso em 29 de novembro de 2019). Nesse blog, Squarasi apresenta-se contrária ao uso do “o mesmo” como termo anafórico retomando a palavra “elevador”, pois, para a autora, esse uso “provoca arrepios” e o uso do “o mesmo” não tem função anafórica” e “está proibido”. Assim, a partir dessas qualificações, temos uma visão de língua estática, em que há o certo e o errado.

Outro site que trata desse assunto é o **Gramatigalhas**, no qual o redator, conhecido como José Maria da Costa, expressa, também, sua opinião de forma contrária em relação ao uso do pronome demonstrativo *mesmo* como elemento anafórico: “(...) constitui erro frequente usar tal pronome demonstrativo sem acompanhamento de substantivo, não se podendo olvidar que **mesmo** não tem por função substituir **ele** ou **este**”. (COSTA, José Maria. Tema: Gramatigalhas “o mesmo”. Disponível em: <http://migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/4192/o-mesmo>. Acesso em 29 de novembro de 2019). Em seguida, Costa apresenta alguns exemplos: “O réu foi até à vítima e falou com **a mesma**. (errado); Consultou tais autores, e **os mesmos** lhe indicaram a adequada solução. (errado).” (COSTA, José Maria. Tema: Gramatigalhas “o mesmo”. Disponível em: <http://migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/4192/o-mesmo>. Acesso em 29 de novembro de 2019). Após esses exemplos, Costa apresenta a forma correta, na opinião dele, para tais usos: “O réu foi até à vítima e falou **com ela**; Consultou tais autores, e **estes** lhe indicaram a adequada solução”.

(COSTA, José Maria. Tema: Gramatigalhas “o mesmo”. Disponível em: <<http://migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/4192/o-mesmo>>. Acesso em 29 de novembro de 2019).

A partir dos exemplos apresentados, podemos observar que o uso de “o mesmo” ocorre pela necessidade de evitar a repetição de uma palavra presente no texto, podendo também aparecer tal uso em contextos nos quais não há a possibilidade de repetir alguma palavra.

A professora Maria Tereza Piacentini, em 2011, em uma das suas colunas no site “Língua Brasil Não Tropece na Língua”, intitulado **Não tropece na língua: “o mesmo”**, apresenta uma publicação com exemplos do uso do *mesmo*. A professora defende que esse uso é “indevido” e “inconveniente”, sendo utilizado pelos praticantes falantes como um caso de “pobreza de linguagem” ou “falta de familiaridade com os pronomes pessoais”. A autora ainda destaca que tal uso ocorre devido à insegurança do falante que se preocupa em não repetir uma palavra, colocando em seu lugar a estrutura *o mesmo*:

É mais uma questão de estilo do que gramaticalidade. Digamos então que fica ruim, ou não convém escrever da forma abaixo: Deixou de constar a declaração do condutor do veículo pelo fato de o mesmo estar hospitalizado sem condições de prestá-la; Ontem vi meu ex-chefe e convidei o mesmo para um cafezinho. (PIACENTINI, M.T.Tema: Não tropece na língua: “o mesmo”. Disponível em: <<http://www.portalentretextos.com.br/matéria/o-mesmo,7115>>. Acesso em 29 de novembro de 2019).

Em seguida, Piacentini apresenta alguns exemplos desse uso “em melhor português”: “Deixou de constar a declaração do condutor do veículo pelo fato de **ele** estar hospitalizado sem condições de prestá-la; Ontem vi meu ex-chefe e **o** convidei para um cafezinho”. (PIACENTINI, M.T.Tema: Não tropece na língua: “o mesmo”. Disponível em: <<http://www.portalentretextos.com.br/matéria/o-mesmo,7115>>. Acesso em 29 de novembro de 2019).

Alguns gramáticos contemporâneos e linguistas também opinam sobre esse uso. De acordo com os gramáticos, o uso anafórico do item “o mesmo” em uma produção escrita apresenta-se de forma inconveniente, atestando a falta de estilo e de conhecimento por parte do escritor em relação aos recursos sintáticos da língua portuguesa.

Já os gramáticos contemporâneos como Bechara e linguistas como Neves apresentam o vocábulo “**mesmo**” como um pronome demonstrativo, com natureza fórica, capaz de identificar ou se referir a seres já expressos de forma anafórica ou catafórica, porém não se apresentam contrários ao uso anafórico ao utilizar o pronome “mesmo”.

Partindo dessas informações que constataam o frequente uso do “o mesmo” como elemento anafórico, pretendemos investigar se esse uso se trata de um uso contemporâneo ou se, ao contrário, é um uso que se encontra na estrutura da língua há algum tempo.

Entendemos que a contribuição desta pesquisa, ligada à Linha 1- Linguagem e Memória Cultural do Programa de Pós- graduação, para a Linguística Histórica consiste em explicar se esse uso é o resultado de uma série de transformações ou permanências da língua, já que “(...) as mudanças atingem sempre partes e não o todo da língua, o que significa que a história das línguas se vai fazendo num complexo jogo de mutação e permanência (...)”. (FARACO, 1999, p.9).

Sob essa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo principal realizar uma análise comparativa e descritiva de *o mesmo* como termo anafórico, extraído do histórico de registros de ocorrência policiais (REDS) correspondentes ao Português Brasileiro contemporâneo do século XX e XXI com relação á língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX, procurando verificar se esse tipo de uso é resultado de uma uma inovação ou se trata de uma conservação, de um resíduo histórico, que resistiu ao tempo.

Como objetivos específicos, procuramos:

- i) Investigar nos dados coletados referentes ao português contemporâneo e antigo o uso do “*mesmo*” como elemento anafórico, descrevendo em seguida qual tipo de anáfora utilizada, baseado no referencial teórico desta pesquisa;
- ii) Comparar o uso do “**mesmo**” como elemento anafórico presente nos corpora desta pesquisa, constatando o tipo anafórico mais recorrente no português contemporâneo e antigo.

A metodologia desta pesquisa baseia-se em uma análise descritiva dos dados que compõem os nossos corpora, sendo os dados atuais provenientes de ocorrências policiais contemporâneas, referentes ao século XX e XXI, oriundas do banco de dados denominado REDS - Registro de Eventos de Defesa Social. Em relação aos históricos das ocorrências policiais, numeramos os históricos do REDS em ordem (de apresentação e ano), contendo o nome de pessoas e demais informações pessoais de forma fictícia.

Já os dados antigos são provenientes de manuscritos denominados Termos de Devassa, correspondentes ao século XVIII, e Estatutos de Irmandades, do século XVIII e XIX, ambos extraídos da pesquisa **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**, realizada pelas autoras Duchowny e Coelho (2013).

Todos os fragmentos que compõem os corpora serão utilizados na sua forma original, ou seja, não serão corrigidos de acordo com a norma padrão atual, mantendo os manuscritos conforme a escrita dos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, todos os dados presentes nos corpora serão analisados e interpretados com a finalidade de verificar o uso do “o mesmo” como elemento anafórico.

A coleta, análise e interpretação dos excertos do nosso corpora organizam-se em:

- a) Históricos de ocorrências policiais do PB contemporâneo referentes aos séculos XX e XXI. Esses dados foram extraídos do sistema REDS (Registro de Eventos de Defesa Social) presente no portal do SIDS (Sistema de Defesa Social do Estado) disponível de forma restrita aos agentes de segurança do Estado de Minas Gerais, no endereço <http://www.sids.mg.gov.br>. Inicialmente, selecionamos, de forma aleatória, diversos históricos do REDS de anos diferentes. Em seguida, realizamos a leitura de todos os históricos, verificando se havia a presença do item “o mesmo” de forma anafórica. Nos casos positivos, selecionamos tais históricos para compor os corpora desta pesquisa, interpretando, por fim, o seu tipo anafórico;
- b) Fragmentos de Termos de Devassa da língua portuguesa, correspondente ao século XVIII, e de Estatutos de Irmandades da língua portuguesa, correspondentes ao século XVIII e XIX, ambos extraídos da pesquisa **Edição**

semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas, realizada em 2013 pelas autoras Aléxia Teles Duchowny e Sueli Maria Coelho. Inicialmente, selecionamos, de forma aleatória, diversos fragmentos de Termos de Devassa e Estatutos de Irmandade. Em seguida, realizamos a leitura de todos os fragmentos, verificando se havia a presença do item “o mesmo” de forma anafórica. Nos casos positivos, selecionamos tais fragmentos, por fim, analisar o seu tipo anafórico.

Esta pesquisa foi organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos uma descrição, conforme gramáticos e linguistas, da classe gramatical pronome e seus tipos, destacando o pronome demonstrativo *mesmo*. Em seguida, restringimos o uso de “o mesmo” como referência anafórica, apresentando a etimologia do léxico “mesmo”, buscando uma possível confirmação para o uso anafórico desse pronome.

No segundo capítulo, traçamos um referencial teórico sobre as mudanças e permanências da língua e a estrutura texto formada por seus fatores de construção de sentido: coesão, coerência e a referenciação, destacando a anáfora como uma estratégia de ativação de objetos de discurso.

O terceiro capítulo é dedicado à definição do gênero textual, expondo, em seguida, os gêneros correspondentes aos corpora: Boletim de Ocorrência, Termo de Devassa, Estatutos de Irmandades, seguidos da apresentação dos dados do Português Brasileiro contemporâneo e fragmentos antigos em língua portuguesa, verificando a presença do pronome “mesmo” como elemento anafórico e seus respectivos tipos.

Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas.

Capítulo 1 - O Pronome ‘mesmo’

1.1 A classe gramatical - Pronome -

No presente capítulo apresentamos algumas definições em relação à classe gramatical pronome, seus tipos e, em especial, o pronome demonstrativo “mesmo”, visto os diferentes pontos de vista em relação ao seu uso.

Com a finalidade de compreendermos melhor essa classe gramatical correspondente ao elemento linguístico “mesmo” analisado nos dados que compõem o corpus dessa pesquisa, de acordo com a leitura das gramáticas de Lima, (1994), Neves (2000), Cunha e Cintra (2001), Bechara (2006) e Castilho (2010), podemos definir a classe gramatical - Pronome - como uma classe de palavras capaz de substituir, referir ou acompanhar um nome ou algum substantivo que esteja presente na frase.

Vejam os seguintes exemplos: “Aí, **aquele** *texto* não me interessava”. (NEVES, 2000, p.491). Neste exemplo, o pronome “aquele” refere-se ao substantivo “texto”; “Quando me davam *um texto*, eu já sabia como ia fazê-**lo**”. (NEVES, 2000, p.491). Já nesse exemplo, o pronome “lo” substitui o nome “um texto”.

Destacando a parte funcional e semântica dessa classe de palavras, Cunha e Cintra (2001), em **Nova Gramática do Português Contemporâneo**, definem que os pronomes devem ser vistos como “elementos nominais”, capazes de representar ou acompanhar um substantivo “determinando-lhe a extensão do significado”. (p.289).

Já o gramático Rocha Lima (1994), em sua obra **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, trata essa classe também como uma “palavra que denota o ente”, considerando-a apenas como uma pessoa do discurso. Em seguida, Lima esclarece as pessoas do discurso como sendo “o indivíduo que fala, o indivíduo com quem fala e o indivíduo ou coisa de que se fala”. (p.156). Ele enfatiza que os pronomes sozinhos não possuem conteúdo semântico e de que só adquirem um significado quando estão inseridos em um discurso.

Os pronomes, vazios de conteúdo semântico, têm significação essencialmente ocasional, determinada pelo conjunto de situação: eu, situação da pessoa que fala; meu, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; este, situação de proximidade em relação à pessoa que fala, etc. (LIMA,1994, p.156).

Para Bechara (2006, p.162), em sua obra **Moderna Gramática Portuguesa**, o pronome apresenta-se como uma classe “categoremática” reunida em “unidades em

número limitado”, o que torna essa classe facilmente identificada no discurso “e que se refere a um significado léxico”, ou um substantivo localizado no discurso “pela situação ou por outras palavras do contexto”. (p.162).

Em destaque, ao denominar os pronomes como palavras “categoremáticas”, Bechara quis dizer que esses elementos só possuem um significado quando se apresentam em um contexto, fazendo referência a outros itens lexicais, denominados pelo gramático de “objeto substantivo”, presentes no discurso ou até mesmo fora dele.

Castilho (2010), em sua obra “**Nova gramática do Português Brasileiro**” apresenta a definição do pronome associada a sua etimologia, “em lugar do substantivo” e à preocupação em usar essa classe como uma forma de não repetir palavras já presentes no texto.

A substituição foi sempre lembrada como a propriedade por excelência dos pronomes, e estaria na base da escolha do vocábulo pro+nome, ‘em lugar do substantivo’ para a designação dessa classe. Segundo as primeiras análises, a substituição evitaria a repetição monótona dos substantivos. (p.479).

Em caráter descritivo, sob o ponto de vista linguístico de Neves (2000, p.389), em “**Gramática de usos do português**”, essa classe gramatical definida como palavras “pronominais” são de origem latina e grega, “lat. fero, grego phero: “levar”, “trazer e possuem uma natureza fórica, e “remetem a algum outro elemento” presente no discurso ou fora dele, e, nesse caso, dependerá do conhecimento extralinguístico dos interlocutores.

Como podemos verificar no seguinte exemplo: “**O arroz vermelho** é considerado planta invasora. A tendência é ELE dominar a lavoura no segundo ano de infestação”. (NEVES, 2000, p.389). Aqui, podemos verificar que a palavra pronominal “ELE” faz referência ao elemento “arroz vermelho”. Ainda neste exemplo, podemos constatar que Neves enfatiza a particularidade da classe dos pronomes em fazer referência, sem nomear ou denominar, como faz a classe gramatical substantivo.

Além dessas definições aqui apresentadas, para uma melhor compreensão sobre essa classe gramatical, vale destacar que os pronomes desempenham a função de substituir algum nome ou substantivo sendo este denominado de pronome substantivo. Exemplo: “Os diretores presos tiveram habeas corpus. Apareceu um relatório contra **os mesmos**, e contra outros”. (BECHARA, 2006, p.168). Nesse exemplo, temos o

pronome “mesmos” substituindo o elemento nominal “os diretores presos”, considerado o mesmo uso que se pretende focalizar nesta pesquisa.

A função de acompanhar ou fazer referência a algum nome ou substantivo é denominado de pronome adjetivo, como por exemplo: “Eu lhe agradeço a presença **nesta** mesa, **nesta** ceia”. (NEVES, 2000, p.491). Aqui, temos o pronome “nesta” acompanhando o substantivo “mesa” e “ceia”.

Essas funções pronominais são explicadas, pela maioria dos gramáticos, como uma forma de dar progressão às ideias durante a produção discursiva e também para evitar a repetição de substantivos, através do processo de substituição, em que é utilizado os pronomes.

Cunha e Cintra (2001) destacam que o pronome substantivo pode aparecer sozinho na frase, enquanto o pronome adjetivo obrigatoriamente estará acompanhado de um substantivo. Em seguida, enfatizam a parte semântica dessa classe gramatical, ao destacarem que, quando os pronomes fizerem referência a algum nome ou substantivo, estes devem concordar em número e gênero com o nome ou substantivo a que se referem.

(...) desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais”, onde o pronome substantivo apresenta-se isolado na frase, já o pronome adjetivo estará sempre acompanhando algum substantivo, havendo entre eles concordância de “gênero e número”. (CUNHA; CINTRA 2001, p.289).

Sob o ponto de vista semântico em relação aos pronomes, Bechara (2006, p.162) destaca as funções “dêitica e anafórica” desta classe gramatical quando estes, por exemplo, se referem ou apontam algum léxico já expresso no discurso. Em relação à função dêitica, o gramático estabelece uma diferença entre a “dêixis contextual” e a “dêixis *ad oculos*”, sendo que a primeira dêixis faz referência a um léxico presente no contexto e a segunda detém a função de apontar um léxico em relação ao falante.

Do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam dêixis (“o apontar para”), isto é, estão habilitados, como verdadeiros (...) indicadores, determinados ou indeterminados, ou de uma dêixis contextual a um elemento inserido no contexto (...). A dêixis será anafórica se aponta para um elemento já enunciado ou concebido. (p.162).

Para Neves (2000), essa função referencial dos pronomes é considerada fundamental para o uso da linguagem, pois permite os processos de “interlocução” e

“remissão” com a função primordial em recuperar alguma informação que esteja presente no texto. Nesse processo de interlocução, a autora destaca que um falante direciona-se a um ouvinte, sendo assim necessário o uso de pronomes pessoais de primeira pessoa, para o falante, e de segunda pessoa ou pronomes de tratamento, para o ouvinte.

a interlocução: no discurso, alguém fala com alguém, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes do discurso; a remissão textual: no texto, fala-se de pessoas e coisas que participam dos eventos, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes. (NEVES, 2000, p.389).

Já durante o processo de remissão textual, o falante, constantemente, faz referência a outros nomes presentes no texto, com a finalidade de “tecer a teia” e “trazer sentido ao texto”. (NEVES, 2000, p.390). Nesta observação apresentada pela autora, o termo que faz referência à coisa ou à pessoa é denominado como “referenciador textual”, e o termo ao qual se refere denomina-se “referente textual”.

Vejamos o seguinte exemplo: “Contudo, não queria acusar ÂNGELA. Era até covardia dado o estado a que chegara. E o que seria Dela (ÂNGELA) agora que largara SÉRGIO? Certamente, voltaria a ELE (SÉRGIO), no dia seguinte ou no outro”. (NEVES, 2000, p.390). Nesse exemplo, podemos verificar o uso do pronome “dela” como um referenciador textual, remetendo à palavra “ÂNGELA” como um referente textual.

Castilho (2010, p.474), em **Nova Gramática do Português Brasileiro**, apresenta a função dessa classe gramatical sob o ponto de vista semântico-discursivo, voltado para a ação de se referir “aos seres por dêixis em vez de fazê-lo por simbolização, como os substantivos”. Já sob o ponto de vista gramatical, o gramático frisa que os pronomes preocupam-se também em seguir suas propriedades morfológicas, como gênero, pessoa e número.

No tópico, a seguir, passaremos aos tipos de pronome e aos conceitos em relação ao pronome demonstrativo, destacando o valor demonstrativo do pronome “mesmo”.

1.2 Tipos de pronome e a categoria do “MESMO”

Segundo os gramáticos Lima (1994) e Bechara (2006), os pronomes são divididos em seis grandes grupos: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos. Tendo em vista que o pronome em foco nesta pesquisa é classificado como demonstrativo, vamos nos restringir a apenas a esta categoria.

Baseado na leitura das gramáticas de Neves (2000), Cunha e Cintra (2001), Bechara (2006) e Castilho (2010), verificamos que os pronomes demonstrativos têm a função de situar uma coisa ou pessoa presente em um discurso ou fora dele, de acordo com uma situação extralinguística. Exemplo: “Lia coisas incríveis para **aquele** lugar e **aquele** tempo”. (CUNHA; CINTRA, 2001, p.342). Neste caso, o pronome demonstrativo “aquele” localiza o substantivo “lugar” e o substantivo “tempo”.

Diante dessa definição, podemos destacar a capacidade fórica ou referencial dos pronomes demonstrativos em recuperar um item linguístico que já foi ou ainda será dito, por exemplo, e a dêitica, em indicar, dessa forma, o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido e seus participantes. Como podemos visualizar no seguinte exemplo: “Costuma-se escrever dentro dos *livros*, na folha de guarda, palavras alusivas aos **mesmos**”. (BECHARA, 2006, p.168). Neste exemplo, podemos verificar a função fórica do pronome demonstrativo “mesmo” ao se referir ao nome “livros”, já expresso anteriormente.

Os pronomes demonstrativos, para Cunha e Cintra (2001), além de situarem as pessoas ou as coisas em um determinado tempo ou espaço às pessoas gramaticais, apresentam-se como elementos linguísticos de natureza “dêitica” (grego *deiktikós*=próprio para demonstrar, demonstrativo) com a função primordial em “mostrar um objeto sem nomeá-lo”. (p.342). Esses pronomes, segundo os autores, apresentam-se de formas variáveis, invariáveis ou neutras: este-a (s), esse-a (s), aquele-a (s), isto, isso, aquilo, o (s), a (s), tal, mesmo, próprio e semelhante.

Em seguida, os gramáticos destacam a função anafórica desses pronomes ao lembrarem “o que já foi mencionado” e, também, a função catafórica, quando o pronome adianta, ao leitor ou ao ouvinte, sobre algo que ainda será mencionado. Vejamos nos seguintes exemplos: “A ternura não embarga a discricção nem **esta** diminui **aquela**”. Aqui, neste exemplo, de forma anafórica, o pronome demonstrativo “esta” se refere à palavra “discricção” apresentada no início da frase, já o pronome demonstrativo “aquela” se refere à “ternura”, também apresentada no início da frase.

Já no exemplo: “O mal foi **este**: criar os filhos como dois príncipes”, podemos verificar que o pronome demonstrativo “este”, de forma catafórica, remete de forma posterior à sentença “criar os filhos como dois príncipes”.

Cunha e Cintra (2001) destacam que os pronomes demonstrativos relacionam-se ao processo anafórico por apresentarem-se como reforçadores de algo que já foi dito por “motivo de clareza ou de ênfase”. Porém, os gramáticos reforçam que o uso dos pronomes demonstrativos não é rigorosamente obedecido de acordo com as regras gramaticais na prática.

Com frequência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou a épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou a objetos que nos interessam particularmente como se estivéssemos em sua presença. Linguisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome este (esta, isto) onde seria de esperar *esse* ou *aquele*. (CUNHA; CINTRA, 2001, p.345).

Cunha e Cintra (2001) exemplificam essa função de reforço através dos pronomes “mesmo” e “próprio”, que funcionam com o sentido de “exato” e “idêntico”. Exemplo: “Recusei. Não sei se fiz bem. É por causa da mulher. **Isso mesmo**”. (p.336).

Segundo Bechara (2006, p.198), os pronomes demonstrativos “indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso”, eu- nós, tu- vós e ele(a) (s), em um determinado espaço ou tempo.

Assim como os gramáticos Cunha e Cintra (2001), Bechara acrescenta que nem sempre esses pronomes são utilizados conforme com o que é proposto pelas gramáticas. Porém, ressalta que o falante tem a liberdade de utilizar os pronomes de acordo com a sua realidade discursiva, e mesmo sendo condenado pelos “puristas”, “vem ganhando a simpatia geral”. (BECHARA, 2006, p.548).

Normalmente, quando não impera o sentido enfático, o pronome demonstrativo vem antes do nome. Exemplo: “**Esse** João é das arábias!”. Caso contrário, segundo o gramático, “pode o adjetivo vir posposto, principalmente se o demonstrativo se referir ao pensamento já expresso”. Exemplo: “Que dia **este**!”. (BECHARA, 2006, p. 192). Os pronomes demonstrativos também funcionam como uma forma de “avivar a situação dos objetos e pessoas tratados pelo falante”, reforçando assim o sentido dos pronomes. Exemplo: “Eu **cá** tenho minhas dúvidas”. (BECHARA, 2006, p.190).

O gramático ressalta também que os pronomes, como *próprio*, *mesmo*, *agora mesmo*, *aí mesmo*, *aqui mesmo*, *já mesmo* entre outros, desempenham um papel de

reforço enfático. Como por exemplo: “Eu **próprio** assisti à desagradável cena. Ela **mesma** foi verificar o fato”. (p.190). Neste exemplo, o pronome demonstrativo “próprio” e “mesma” reforçam a identidade anterior.

Em relação ao uso do pronome demonstrativo “mesmo”, Bechara (2006) afirma que este pronome pode corresponder aos vocábulos latinos “*idem*” e “*ipse*”.

No primeiro caso, denota identidade e reclama a presença do artigo ou de outro demonstrativo: Disse as mesmas coisas. (...). Idêntico a *ipse*, emprega-se junto a substantivo ou pronome e equivale a *próprio*, *em pessoa* (em sentido próprio ou figurado): Ela *mesma* se condenou. Em ambos os sentidos, *mesmo* pode aparecer antes ou depois do substantivo. Nota-se apenas, na língua moderna, certa preferência para a anteposição, quando o demonstrativo assume o valor de *idem*, isto é, indica identidade. (BECHARA, 2006, p.192)

Bechara acrescenta que deve haver concordância em gênero e número do pronome demonstrativo com a palavra a qual se refere. Exemplo: “Ele **mesmo** disse a verdade. Ela **mesma** disse a verdade”. (BECHARA, 2006, p.548). Nestes exemplos, podemos constatar que o pronome “mesmo” concorda em gênero e número com os pronomes determinados “Ele” e “Ela”.

Além de ser utilizado com valor enfático, conforme o exemplo apresentado, o “mesmo” “aparece ainda como sinônimo de *próprio*, *até*”. (BECHARA, 2006, p.548), como neste exemplo: “ao mesmo demônio se deve fazer justiça, quando ele a tiver”. (BECHARA, 2006, p.548).

Outro uso correspondente ao pronome demonstrativo “mesmo” é o de valor anafórico ao fazer referência a palavras ou ideias expressas anteriormente ou para denotar identidades. Exemplo: “Depois, como Pádua falasse ao sacristão, baixinho, aproximou-se deles; eu fiz **a mesma coisa**”. (p.191).

A linguista Neves (2000, p.390) apresenta o pronome demonstrativo como uma palavra referencial, podendo ser “endofórica” quando tal pronome se referir a elementos que estarão dentro do texto. Em seguida, a autora propõe que tais referências podem ser anafóricas e catafóricas.

(...) o que a palavra anafórica faz é recuperar semanticamente um elemento que já estava no texto; com todas as informações de que ele já se revestia. Quando a referência aponta para a frente no texto, ocorre a catáfora; o que a palavra catafórica faz é sinalizar um termo que ainda vai aparecer no texto. (NEVES, 2000, p.390).

Podemos verificar, no exemplo citado por Neves, a relação do emprego desse pronome como um referenciador textual endofórico: “Bons momentos, título de seu primeiro LP, é a reunião de **coisas boas** que eu e meus parceiros conseguimos recolher durante vários anos. Entre **estas** coisas boas está a música Monalisa. (NEVES, 2000, p.495). Nesse exemplo, o pronome demonstrativo “estas” faz referência de forma anafórica ao item endofórico “coisas boas”.

Ainda em relação a esse tipo de referência do pronome demonstrativo, Neves (2000) destaca que tal uso é capaz de recuperar foricamente a “informação que se encontra difundida em porção do texto relativamente distante” (NEVES, 2000, p.495). Ao discutir tradicionalmente sobre as formas desses pronomes, a autora destaca as variações em gênero e número com o substantivo a que estes pronomes se referem e, também, as suas formas invariáveis, como os pronomes demonstrativos *isso, isto e aquilo*.

Em relação ao pronome demonstrativo “mesmo”, a linguista o apresenta como reforçador de identidade devendo haver concordância em gênero e número do pronome em relação à palavra a que se refere. Exemplo: “Ela **mesma** não sabia de si, o que faria logo, onde estaria amanhã”. (NEVES, 2000, p.492). Além disso, Neves apresenta como indicador de identidade equivalente, conforme o seguinte exemplo: “Alguns meses depois, em Joinville, estado de Santa Catarina, repetiu o espetáculo contra **a mesma** pessoa, em benefício de um orfanato”. (NEVES, 2000, p.492).

Castilho (2010), em “**Nova Gramática do Português Brasileiro**”, denomina os pronomes demonstrativos como “mostrativos” com os seguintes objetivos: “Inserção do tópico discursivo”; “Continuação do tópico discursivo” e “Encerramento do tópico discursivo”. (p.499). Sob o ponto de vista de Apolônio Díscolo (século I d.C), Castilho declara que os pronomes demonstrativos abarcavam, com mais interesse, as pessoas do discurso de terceira pessoa. Ou seja, podemos constatar que há muito tempo os pronomes demonstrativos têm a tendência em substituir os pronomes *ele/ela* de forma anafórica: “(...) se realizam como anafóricos, desde que as pessoas sejam conhecidas de antemão, e como dêiticos, se a pessoa está à vista”. (p.123).

Dando seguimento ao estudo dessa classe gramatical, apresentaremos, no tópico a seguir, algumas considerações sobre o ponto de vista dos gramáticos e linguistas em relação ao uso do pronome demonstrativo “mesmo” com referência anafórica.

1.3 O uso do “mesmo” como referência anafórica: diferentes pontos de vista

O pronome demonstrativo “mesmo”, como elemento anafórico, é discutido por vários estudiosos da língua que apresentam opiniões bem diversificadas em relação a esse uso.

Com uma visão mais conservadora, o gramático tradicional Napoleão Mendes de Almeida (1957), em sua “**Gramática Metódica da língua portuguesa**”, reconhece que a expressão “o mesmo” é formada pelo adjetivo “o” mais a palavra “mesmo” com a finalidade de acompanhar algum vocábulo ou de referir-se a algum termo anterior já expresso, concordando em gênero e número com o termo a que se refere.

Influenciado por questões ideológicas, Napoleão Mendes apresentava-se impermeável a qualquer inovação, como, por exemplo, em relação ao uso anafórico do “mesmo”, muito utilizado pelos falantes da língua. Segundo o gramático, esse uso deve-se à fraqueza de estilo e à falta de conhecimento que possuem sobre a parte sintática da língua. Assim, acredita que muitas vezes tal uso em um discurso leva o leitor ao duplo entendimento, principalmente quando a expressão “o mesmo” estiver distante do seu referente.

É verdadeiramente ridícula essa substituição, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: “Vou à casa de minha mãe: falarei com a mesma sobre o assunto” – “Realizou-se ontem a esperada festa; à mesma compareceram...”. É o caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa. (ALMEIDA, 1957, p.121).

Considerando-se ainda tal opinião, Napoleão Mendes (1957) traz algumas denominações em relação a esse uso como “erro”, “pobreza sintática” e “aversão da provável cacofonia” às formas “a ela, dela, para ela”, por exemplo, enfatizando que, para evitar essa situação de cacofonia, a maioria dos falantes defende o uso do “mesmo”.

Há um emprego condenável do demonstrativo *mesmo*: Criou-se a custa de ensinamentos de origem duvidosa, verdadeira aversão às formas a ela, dela, para ela etc.. Não sei se por temor de, no emprego do pronome ela, formar palavras grotescas, como “boca dela”, ou se para evitar a repetição contínua desse pronome, costumam certos autores, infalivelmente, substituí-lo por a mesma, da mesma, para a mesma, com a mesma, etc... (ALMEIDA, 1957, p.121).

Como podemos constatar o conservadorismo de Napoleão Mendes em não aprovar o emprego do vocábulo “mesmo” de forma anafórica, afirmando também que o emprego dos pronomes relativos, assim como dos clíticos, é evitado não conscientemente. O autor segue enumerando, em sua gramática, alguns exemplos do seu “uso errôneo” seguidos pelas formas corretas:

Outros exemplos desse erro: “(...)nova ortografia, visto que os trabalhos serão corrigidos pela mesma” – “Devemos estudar português e as matérias que têm relação com o mesmo”. Esse disparate se evidencia em trechos de confirmante pobreza sintática como este: “A Sociedade Tal é constituída dos senhores F. e F., e os mesmos dedicam à mesma todas as energias. (ALMEIDA, 1957, p.121).

Reproduzamos corrigidos, os exemplos dados: “Vou à casa de minha mãe, com quem falarei sobre o assunto” (ou: e com ela falarei sobre o assunto)- “Realizou-se ontem a esperada festa, à qual compareceram...” – “...nova ortografia, visto por esta deverem os trabalhos ser corrigidos” – “Devemos estudar português e as matérias com ele relacionadas” (e as matérias correlatas com esse estudo – e as matérias que mantêm com essa disciplina relação) – “A Sociedade Tal é constituída dos senhores F. e F., que a ela dedicam todas as energias” (ou: que lhe dedicam...).(ALMEIDA, 1957,p.122).

Ainda conforme Napoleão Mendes (1957, p.121), o pronome “mesmo” funcionará de forma aceitável como pronome demonstrativo, quando: identifica um substantivo (ex: o mesmo homem); quando aparecer como pronome neutro (ex: “É o mesmo”) e também como advérbio, no sentido de realmente (ex: “Ela não quer mesmo”).

Outra forma também aprovada pelo gramático é no sentido de dar “ênfase e distinção a pessoa ou coisa determinada pelos demonstrativos este, esse, aquele: “Este mesmo livro”. (p.122). Além de identificar, também, de forma comparativa “uma pessoa ou coisa”: “Respondeu-lhe com a mesma serenidade”.” (p.122).

Em uma posição entre a tradição e a inovação da ciência linguística, o gramático Bechara (2006), em **Moderna gramática portuguesa**, apresenta, inicialmente, uma discussão polêmica sobre alguns gramáticos e linguistas que condenam o uso anafórico do demonstrativo “mesmo” por entenderem tal uso como uma forma não padrão da língua. Segundo Bechara:

Alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo mesmo, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente. Não apresentam, entretanto, as razões da crítica: “Os

diretores presos tiveram habeas corpus. Apareceu um relatório contra os mesmos, e contra outros...” (...). Para estes críticos, o mesmo, etc., deve ser substituído por ele, etc. Talvez por isso E. Frieiro, na 2ª edição, alterou seu texto para: “Costuma-se escrever dentro dos livros, na folha de guarda, palavras a eles alusivas”. Mesmo e próprio aparecem ainda reforçando pronomes pessoais: Ela mesma quis ver o problema. (2006, p.168).

No tocante ao elemento “mesmo”, de forma positiva, o gramático remete a esse elemento um valor “demonstrativo anafórico” capaz de fazer referência a ideias já expressas anteriormente no discurso: “Depois, como Pádua falasse ao sacristão, baixinho, aproximou-se deles; eu fiz **a mesma** cousa(...)”. (BECHARA, 2006, p.191).

O gramático Sacconi (2006, p.144), em “**Nossa gramática contemporânea: teoria e prática**”, apresenta o “mesmo” como um uso desnecessário e “impróprio por sua natureza”. Segundo esse gramático, não há uma especificidade do uso do pronome demonstrativo “mesmo” substituindo outro pronome ou substantivo. Na maioria das vezes esse emprego é considerado inconveniente e desnecessário para a construção sintática da frase. Vejamos os seguintes exemplos:

O fenômeno foi visto por dois transeuntes, e **os mesmos** não quiseram dar entrevistas sobre o mesmo. (Ou seja, **que** não quiseram, sobre **ele** ou sobre **o assunto**). (...). Quero comprar o livro, mas antes preciso saber o preço **domesmo**. (Ou seja: preciso saber o **seu** preço.) Compraram o livro e esqueceram **o mesmo** em cima do balcão. (Ou seja: esqueceram **no**). (SACCONI, 2006, p.144, grifos nossos).

Castilho, em “**Nova Gramática do Português Brasileiro**”, não faz menção ao uso do pronome demonstrativo “mesmo” como elemento anafórico. Dessa forma, podemos assim inferir que não há crítica, por parte desse linguista, quanto a esse uso.

Bagno (2013) com uma postura normativa, em sua “**Gramática de bolso do português brasileiro**”, apresenta uma visão sobre o uso do “mesmo” como elemento anafórico. Segundo o linguista, tal uso ocorre principalmente devido à necessidade de muitos falarem de forma difícil, mesmo de maneira insegura, porém levando muitas vezes a uma “confusão do que pretende dizer”.

Justamente por nunca ocorrer de forma espontânea na língua falada é que o mesmo se tornou (...) esse sintoma tão eloquente da hipercorreção e da insegurança linguística. E, como sempre, por ter essa origem é que seu uso ocorre em textos truncados, francamente mal escrito, confusos. (BAGNO, 2013, p. 966).

Em seguida, o linguista enfatiza que, ao encontrar tal uso nos textos, deve-se “sugerir aos nossos alunos que simplesmente eliminem esse pronome e o substituam por

ele”, buscando não utilizá-lo como elemento anafórico e escrevendo em seu lugar uma “construção sintática melhor” que nesta sugestão seria o pronome pessoal em terceira pessoa no lugar do “mesmo”. Podemos verificar isso no seguinte exemplo: “Vamos mostrar para nossos alunos que o mesmo praticamente nunca ocorre nos textos dos nossos melhores escritores, tradutores, jornalistas, ensaístas etc. (BAGNO, 2013, p. 967).

Com uma abordagem mais discursiva, Neves (2012), em sua obra “**Guia de usos do português: confrontando regras e usos**”, chama a atenção para a opinião de algumas gramáticas em relação ao uso do “mesmo” como elemento anafórico, ao dizer que tal uso é “(...) condenado em alguns manuais tradicionais (...) para referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por ele, ela, eles, elas respectivamente)” (p.512). Esse uso pode ser visto no seguinte exemplo: “Os recalques total e diferencial devem ser suficientemente pequenos e compatíveis com a estrutura de modo que **a mesma** não seja danificada pelos movimentos das fundações” (NEVES, 2012, p.512). Em seguida, após comentar tal exemplo, Neves sugere que o seu leitor tenha a livre escolha em usá-lo ou não nas produções discursivas.

No tópico a seguir, apresentaremos uma discussão sobre a etimologia do pronome **MESMO**, para verificar se, em seu étimo, localizamos esse uso anafórico.

1.4 A etimologia do “mesmo”

Tendo em vista a investigação do termo “mesmo” como um dos pontos principais para a realização desta pesquisa, demonstraremos um breve percurso histórico e etimológico desse item, a partir das análises apresentadas por Pereira (1923), Coutinho (1974), Aurélio (2004), Bechara (2006), Cacciaguerra e Oliveira (2009), Cunha (2010), Pereira (2013) e Pereira e Gorski (2016).

Após a análise das literaturas citadas acima, verificamos que o vocábulo “mesmo”, de origem latina, possui duas bases etimológicas, como veremos a seguir. De acordo com o gramático Pereira em “**Grammatica histórica**”, o item “mesmo”, considerado como um adjetivo e pronome, originou-se da palavra latina “metipsissimum” com a seguinte evolução: “metipsissimum>metipsimum>medesimo>meesmo>mesmo”. (PEREIRA, 1923, p.165). Como um exemplo desse item, Pereira apresenta em sua gramática um registro histórico desse

pronome com a forma superlativa de “metipsissimum”: “a forma antiga “mêdes”, presente em um termo “no L. Cons”, do século XV”. (PEREIRA, 1923, p.165). Ainda, segundo o gramático, quanto ao significado do item “mesmo”:

anteposto, tem *mesmo* o valor de idem, indica identidade, e reclama o artigo ou outro demonstrativo: o mesmo homem, este mesmo homem, as mesmas palavras; posposto, corresponde a *ipse*, e tem o sentido de próprio: o homem mesmo, este homem mesmo, eu mesmo, nós mesmos. (PEREIRA, 1923, p.401).

Considerando essa posição do gramático, percebemos um valor anafórico do “mesmo” que é reforçado pelo uso do artigo e contribui para essa remissão.

Diferentemente da posição etimológica “metipsissimum” apresentada por Pereira (1923), em relação ao item “mesmo”, Coutinho (1974) apresenta duas bases etimológicas diferentes em relação ao item “mesmo”.

Outra partícula igualmente de reforço, muito usada em latim, é a pospositiva *met*. Em *semet ipsum*, por equívoco de composição popular, ligou-se *met* a *ipsum*, de que resultou se *metipsum*. O gramático Donato condena a expressão *ego metipse*. A par de *ipse*, havia a forma superlativa enfática *ipsimus*, redução de *ipsissimus*, que combinada com *met* deu *metipsimus*, cujo acusativo *metipsimu* veio a dar o vocábulo português *mesmo*. (COUTINHO, 1974, p.257, grifos nossos).

Diante dessa citação, observamos que Coutinho apresenta duas bases etimológicas em relação ao item “mesmo” sendo “metipsum” e “metipsimu”, porém Coutinho considera a base “metipsum” errônea. Assim, a evolução do item “mesmo” consiste em: “(...) metipsimu>metissimu>medesmo>meesmo(arc.)> mesmo” (COUTINHO, 1974, p.257).

Aurélio (2004), em **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, apresenta a origem do “mesmo” a partir da palavra “metipsimu”, superlativo de “metipse”.

Cunha (2010), em **Dicionário etimológico da língua portuguesa**, cita alguns registros antigos do vocábulo “mesmo”, apresentando inicialmente um significado de “adj. Pron. ‘que é como outra coisa, idêntico, semelhante’ [XIII; meesmo XIII etc.] Do lat. vulg. *metipsimus mesmice 1899”.

Para os fins desta pesquisa, vamos concordar com a análise apresentada por Cunha, cuja etimologia do item “mesmo” advém do item léxico “metipsimus”, destacando os significados “idêntico” e “semelhante” a alguma coisa, ou seja, é como se

ambas as palavras fossem a mesma coisa. Essa semelhança nos significados ocorre por meio da anáfora que utiliza o pronome demonstrativo “mesmo” para repetir ou reforçar uma palavra ou ideia expressa anteriormente.

Bechara (2006) demonstra a etimologia do vocábulo “mesmo” a partir das palavras “idem e ipse”, ambas de origem latina. O vínculo do “mesmo” com o vocábulo “idem”, para o gramático, possui o significado de “idêntico”, ou seja, “(...) denota identidade e reclama a presença do artigo ou de outro elemento demonstrativo: Disse *as mesmas* coisas. Referiu-se *ao mesmo* casal. Falou a este *mesmo* homem.” (p. 192).

O gramático ainda destaca o vínculo do “mesmo” com o “ipse”, no sentido de reforçar algo que já foi dito e também o sentido de “próprio”. Exemplo: “(...) junto a substantivo ou pronome e equivale a *próprio, em pessoa* (em sentido próprio ou figurado): Ela *mesma* se condenou.” (p.192).

Ivelã Pereira (2013) enfatiza que a origem desse vocábulo realmente ocorreu “por caminhos etimológicos diferentes”, o que faz com que ele seja atingido por “deslizamentos funcionais”, surgindo também a explicação das diversas funcionalidades do “mesmo” em um discurso, ou seja: “(...) uma vez que o fato de haver duas raízes latinas distintas para um mesmo vocábulo pôde influenciar significativamente nos rumos tomados pelo mesmo em seu processo de mudança” (p.10). Diante dessa percepção, podemos justificar mais um ponto relevante para o uso do “mesmo” de forma anafórica em um discurso.

De acordo com Pereira e Gorski (2016), o termo “mesmo” pode ter surgido da junção de “met” com “ipse”, no sentido de reforçar uma ideia já dita ou também através da junção de “met” com “idem”, com o sentido de “identidade”, ou seja, com um mesmo significado. Portanto, podemos visualizar mais uma vez a possibilidade do sentido anafórico do “mesmo”, o qual essa pesquisa evidencia ter origem nessa explicação etimológica com a junção dos itens “met” e “ipse”.

Pereira e Gorski (2016) ressaltam também da mesma forma que foi apresentado por Coutinho em relação às bases etimológicas em relação à palavra “mesmo”:

(...) que a grafia **metipsimúé* errônea, e que, provavelmente, a palavra original deve ser **medipsimu*, pois é possível que tenha se originado desta a palavra **medesmo* no português arcaico, posto que há ocorrências da palavra *meesmo* no século XIII (Houaiss, 2001). Neste caso, pode ter havido a apócope da letra *d*, e, posteriormente, a assimilação de uma das letras *e*, formando assim a palavra *mesmo* como a conhecemos hoje. Esta possível

ocorrência da palavra **medesmo* no português arcaico aproximaria o português ainda mais de outras línguas latinas, como o francês antigo (*medesme*) e o italiano (*medesimo*). (CACCIAGUERRA; OLIVEIRA, 2009, p.4).

A evolução do vocábulo “mesmo” apresentada por Pereira e Gorski (2016) consiste em: “(metipse > *metipsimu > *medipsimu > *medesmo > meesmo > mesmo”(p.5).

As autoras Cacciaguerra e Oliveira (2009), em um artigo intitulado “**A gramaticalização do item “mesmo”: a mudança nas línguas românicas**”, apresentam a etimologia do item “mesmo” relacionada ao “latim vulgar **metipsimus* ou **metipsimu*”. (p.4).

Para ampliar essa discussão em relação à constatação da influência anafórica estar presente na etimologia do item “mesmo”, apresentaremos um breve olhar para a Linguística Histórica com a finalidade de analisarmos os possíveis processos de mudança e permanência em relação ao uso do “mesmo” como elemento anafórico.

Capítulo 2 – Referencial Teórico

Neste capítulo, trataremos do referencial teórico que servirá de base para a análise dos corpora presentes nesta pesquisa. Diante dessa perspectiva, aprofundaremos sobre as mudanças e permanências da língua, como objeto de estudo da Linguística Histórica, sobre a unidade texto e seus elementos de sequenciação textual: coesão e coerência, a referenciação e a anáfora com seus respectivos tipos, como uma estratégia de ativação de referentes textuais.

2.1 A Linguística Histórica: uma reflexão sobre as mudanças e permanências da língua

Nessa parte da pesquisa, os estudos relacionados aos processos de mudança e permanência que ocorrem na língua, considerados objetos de estudo da Linguística Histórica, são analisados a partir do ponto de vista de Bynon (1977), Faraco (1999), Herman Paul (2007), Mattos e Silva (2008) e Maia (2012).

Sabemos que, para compreender as manifestações de uma língua, é fundamental um olhar comparativo dos seus registros que nos permite observar as possíveis mudanças e permanências em suas estruturas.

É de importância fundamental que o investigador da história veja claramente a extensão e a natureza do objeto cuja evolução se propõe estudar. É frequente tomar isto como coisa evidente, sobre a qual é impossível haver dúvidas. (...). Considera-se em primeiro lugar como a verdadeira característica da nova ciência a comparação e não a exposição da evolução. (HERMAN PAUL, 2007, p.33).

Assim, diante dessa perspectiva, surge a Linguística Histórica, voltando-se em analisar os processos de mudança ou permanência nas estruturas linguísticas em todos os campos fonológico, morfológico, sintático e semântico. De acordo com esse contexto, Faraco (1999) aponta que “qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática”. (p.20).

Descrever perfeitamente o estado de uma língua, segundo Paul (2007), consiste em observar todos os sons de um indivíduo, “ouvido ou imaginado, com as ideias que lhe estão associadas e de que eles foram símbolo, os múltiplos complexos em que se formaram, na alma de cada um”. (p.34).

Faraco (1999) define a Linguística Histórica como uma “realidade empírica” voltada para análise de como “as línguas mudam com o passar do tempo”. (p.26). Mesmo aparentemente estática, o autor afirma que ocorrem alterações na língua, sendo tal dinamicidade o objeto de estudo da Linguística Histórica. Podemos assim vivenciar, por exemplo, essas observações sobre a Linguística Histórica, ao nos depararmos com a evolução apresentada pelo gramático Pereira (1923, p.165) em relação à escrita do item “mesmo”, objeto de análise desta pesquisa: “metipsissimum> metipsimum> medesimo> meesimo> mesmo”.

De acordo com Faraco, a mudança linguística só é possível de ser constatada quando entramos em contato com a leitura do item através de dados pretéritos. Ou seja, é exatamente, nesse momento de comparação, que percebemos realmente que as línguas não são realidades estáticas, pois sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo.

Assim, cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado é sempre resultado de um longo e contínuo processo histórico; do mesmo modo que, em cada momento do tempo, as mudanças estão ocorrendo, ainda que imperceptíveis aos falantes. Dessa maneira, se o português do século XII era diferente do português de hoje, o português do futuro será diferente do português de hoje: entre eles há um ininterrupto processo de mudança”. (FARACO, 1999, p.27).

Esse processo de mudança em relação à estrutura da palavra “mesmo”, por exemplo, não se deu de forma rápida e aleatória. Ao verificarmos a evolução do item “mesmo”, apresentada pelo gramático Pereira, pode ser que tenham ocorrido períodos de coexistência e de concorrência das formas em variação até a presença de uma forma sobre a outra. Sob esse olhar, segundo Faraco (1999), essa alteração em um mesmo elemento ocorre também de forma lenta e gradual, com uma certa regularidade, embora de forma não absoluta.

Costuma-se justificar a lentidão e a gradualidade da mudança linguística com fundamento na necessidade dos falantes de terem a intercomunicação permanentemente garantida. Nessa linha de raciocínio, mudanças abruptas e repentinas são impossíveis, pois, se ocorressem, destruiriam as próprias bases da interação socioverbal. (FARACO, 1999, p.29).

Em relação a essas mudanças que ocorrem nas estruturas da língua, de acordo com Mattos e Silva (2008), dispostas de forma não contínua, a Linguística Histórica apresenta-se como um meio de examinar a língua não como uma estrutura de duração

limitada, mas como uma possibilidade de analisar a ocorrência de diversos elementos linguísticos que se interagem em diversas épocas, misturando-se e renovando-se com o passar do tempo. Para Mattos e Silva (2008), a Linguística Histórica consiste em um:

(...) campo da linguística que trata de interpretar mudanças-fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo. (p.8).

Mantendo também essa percepção, ora dinâmica ora permanente, para Bynon (1977) fazer pesquisa na área da Linguística Histórica é “(...) investigar e descrever a maneira pela qual as línguas mudam ou mantêm sua estrutura ao longo do tempo (...)” (BYNON, 1977, p. 1) (tradução livre)¹. Considerando essas teorias, será que os falantes tem consciência dos processos de mudanças e permanências que ocorrem na estrutura da língua?

Em relação a esse questionamento, Faraco (1999) defende que os falantes não percebem essas mudanças, pois estes a consideram como uma estrutura permanente. Um dos motivos dessa sensação de permanência, segundo o autor, deve-se aos padrões culturais funcionarem como um “refreador temporário de mudanças”, cheios de regras representadas pelas normas gramaticais que perpetuam através da escrita, trazendo assim uma sensação de resistência em relação a algumas variedades da fala não adaptadas a essas normas.

Os falantes só conseguem mudar esse ponto de vista de permanência, a partir do momento em que eles entram em contato com “textos muito antigos escritos em sua língua”; convivendo com “falantes bem mais jovens ou bem mais velhos”; interagindo com “falantes de classes sociais que têm estado excluídos da experiência escolar e da cultura escrita” ou com falantes que têm dificuldades para se adequar em relação “a certas estruturas do padrão da língua”.

Porém, diante dessa proposta, percebemos que mesmo havendo um certo controle por parte dos padrões mais conservadores da língua escrita, ainda assim ocorrem várias mudanças em suas estruturas, ou seja, a língua muda independentemente da imposição de regras. Encaixamos a língua em uma realidade muito mais ampla de acordo com as nossas pretensões durante o processo de comunicação.

¹“(...) to investigate and describe the way in which languages change or maintain their structure during the course of time”. (BYNON, 1977, p. 1, tradução livre).

Os grupos de sons e os grupos de movimentos associam-se entre si. A ambos associam-se as ideias, às quais elas servem de símbolos. Não só as ideias de significados de palavras, mas também as de relações sintáticas. E não só as palavras isoladas, mas séries maiores de sons – frases completas – se associam diretamente ao conteúdo ideológico que se lhes emprestou”. (PAUL, 2007, p.35).

Podemos exemplificar a mudança nas estruturas linguísticas, com a análise do uso do pronome demonstrativo “mesmo” como um elemento anafórico muito utilizado pelos falantes da língua no lugar dos pronomes pessoais de terceira pessoa, direcionados pelos padrões gramaticais.

É verdadeiramente ridícula essa substituição, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: “Vou à casa de minha mãe: falarei com a mesma sobre o assunto” – “Realizou-se ontem a esperada festa; à mesma compareceram...”. É o caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa. (ALMEIDA, 1957, p.121).

Reproduzamos corrigidos, os exemplos dados: “Vou à casa de minha mãe, com quem falarei sobre o assunto” (ou: e com ela falarei sobre o assunto) - Realizou-se ontem a esperada festa, à qual compareceram... (ALMEIDA, 1957, p.122).

Essa mudança pragmática exteriorizada, tanto para os falantes quanto para os ouvintes, em relação ao uso anafórico do “mesmo”, pode ser explicada de acordo com o ponto de vista de Paul (2007) ao afirmar que “o uso é modificado através da atividade da fala, sem interferência voluntária de ninguém, isso acontece naturalmente porque o uso não domina completamente a atividade da fala, antes deixa sempre uma certa margem à liberdade individual”. (p.40).

De acordo com Faraco (1999), mesmo quando os fenômenos inovadores na língua falada têm seu uso impedido em função do conservadorismo, certas estruturas persistem muitas vezes também pela dificuldade do falante em dominar algumas padronizações, podendo assim ser constatada uma mudança na estrutura. “Para o falante comum, essa percepção pode se dar quando, tendo de escrever, sente dificuldades específicas com certas estruturas que, embora correntes já na fala, ainda são inaceitáveis na escrita”. (FARACO, 1999, p.14).

Um dos pontos que permitem tal conservadorismo é devido ao fato de a escrita ser de natureza mais duradora do que o som, fazendo com que a permanência de mecanismos falantes na oralidade favoreça um controle social mais intenso na escrita. Diante disso, aumenta a preservação de padrões mais conservadores de linguagem e o

consequente bloqueio às formas inovadoras vistas, por alguns, como incorretas, impróprias e feias, como já apresentado anteriormente pelo gramático Napoleão (1957).

Entretanto, com a possibilidade de inúmeras mudanças nas estruturas da língua, temos como produto final a divulgação seguida da fixação da estrutura, como é o caso do item “mesmo”, substituindo os pronomes de terceira pessoa. Portanto, “o que inicialmente foi apenas individual transforma-se num novo uso que pode, eventualmente, suplantá-lo” (Paul, 2007, p.41).

Quando tais inovações continuam sendo utilizadas na escrita, Faraco (1999, p.16) apresenta a possibilidade da quebra de forma progressiva dos estigmas através da “escala progressiva de implementação das mudanças”, iniciando-se na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários, avançando para a fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica e em sequência nas situações formais da vida. Isso “(...) exige um rompimento radical com a imagem da língua cultivada pela tradição gramatical (...) imagem que homogeneiza a realidade linguística (...) como a única, identificando-a com a língua e excluindo todas as outras como “incorretas” (FARACO, 1999, p.18).

Quando partimos para essa visão heterogênea da língua carregada de mudanças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e lexicais, significa vê-la como uma estrutura que segue uma realidade social com experiências econômicas, sociais e culturais dos falantes.

Assim, sob o ponto de vista da filosofia da linguagem, as palavras possuem um grande poder social que pode ser percebido a partir da sua formação ao ser envolvida por várias ideologias. Segundo Bakhtin e Volochinov (2004), a palavra funcionará sempre como “o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma (...)”. (p.41).

Essa descrição da língua é definida por Faraco (1999), como encaixamento estrutural e social.

É nessa mesma ordem [isto é, do social para o linguístico] que se dá o processo real da mudança linguística: as relações sociais mudam; a comunicação e a interação verbais mudam no quadro dessas relações sociais; as formas dos atos de fala mudam em consequência das mudanças na interação; e, finalmente, esse processo de mudanças se reflete na alteração das formas da língua. (BAKHTIN, 1981, *apud* FARACO, 1999, p.41).

Porém, segundo Lass (1980, *apud* FARACO, 1999, p.45), além dessa opção de mudança linguística, existe a opção de não mudar, ou seja, “nenhuma mudança é por si necessária: ela encontra seu caldo de possibilidade na pluralidade de formas linguísticas existentes no social e vai ocorrer ou não” dependendo da preferência social contingente. Podendo essa concepção a escolha dos usuários tradicionais da língua, por exemplo.

Nessa mesma perspectiva, Coseriu (1979, *apud* MATTOS E SILVA, 2008) destaca que a língua, como um objeto histórico, se faz em um cenário de permanência e sucessão. Mas, segundo o linguista, o fato da língua de se manter parcialmente idêntica, mas incorporando novas tradições é o que garante sua funcionalidade como língua e seu caráter de “objeto histórico”. “Um objeto histórico só é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão”. (p.11).

Para Paul (2007), o falante não utiliza todas as estruturas da forma como chegam, ou seja, muitos “empregam de comum acordo, uns preferem uma coisa e outros outra”. (p.41). É nisto que podemos basear o processo de mudança nas estruturas linguísticas, sendo que essas modificações realizam-se durante a fala e através da influência da fala de outros indivíduos. Assim, essa mudança só será efetuada, segundo Paul, quando “ambas as coisas coincidirem”. (p. 41-42).

Para Mattos e Silva (2008), é através da filologia que é possível o estudo dessas mudanças. Ou seja, é através da análise do corpus que se constata alguma mudança ou permanência de alguma estrutura linguística: “Espero que se veja que não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado”. (p.14). Essa ciência permitirá uma análise dos manuscritos e textos pretéritos que funcionarão como uma base de dados indispensável para o estudo das mudanças da escrita nesses documentos, principalmente em relação àquelas com um longo percurso de evolução.

A filologia, hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. Assim a filologia assume o seu lugar como a “ciência do texto”, herança benéfica semeada há quase vinte séculos pelos alexandrinos (...). (MATTOS E SILVA, 2008, p.14).

Dessa forma, a filologia possibilita-nos analisar os documentos do passado e do presente em relação ao uso do “mesmo” como elemento anafórico, em que podemos

encontrar a imagem de um passado aparentemente sufocado por uma estrutura do presente.

Bynon (1977) também defende que é através de escritos considerados documentos fiéis da língua em “diferentes períodos de tempo” é que se torna possível a demonstração do verdadeiro “desenvolvimento histórico de uma língua”:

(...) o estado presente é o único que pode fornecer informações completas sobre todos os fenômenos, (...) é somente por comparação através de registros escritos de diferentes estágios de uma língua que ele pode obter uma idéia da natureza das regras diacrônicas. (BYNON, 1977, p. 6, tradução livre)².

A autora destaca que, ao entrarmos em contato com os registros, conseguimos descrever os diferentes estágios de uma língua, processo esse denominado de sincronia. Assim, a partir dos períodos sincrônicos de uma língua, é possível realizar um estudo histórico desses estágios da língua, denominado de diacronia. O estudo diacrônico consiste no levantamento de dados sincrônicos da língua seguido da comparação de todos eles, observando o que muda e como muda nas estruturas linguísticas.

Considerando também o estudo sincrônico e diacrônico dos elementos linguísticos, Mattos e Silva (2008) explica que é através dos princípios da Linguística Histórica e com o auxílio das teorias da área linguística, é que podemos visualizar “um modelo da história passada de uma língua”. Acrescentando em seguida, que são os “dados empíricos, fornecidos pela documentação remanescente, que confirmarão ou não” essas teorias, permitindo assim averiguar e, em parte, reconstruir o uso vivo da língua.

Sob essas perspectivas, iremos comparar três períodos sincrônicos da língua portuguesa presentes em manuscritos do século XVIII, XIX, correspondentes ao Português Brasileiro antigo, e documentos do século XX e XXI, correspondentes ao Português Brasileiro atual, verificando se há permanência ou mudança no que se refere ao uso do “mesmo” como elemento anafórico.

Para essa análise, trataremos a seguir sobre a estrutura “texto”.

²[...] present state is the only one which can provide him with full information on all the phenomena, (...), it is only by comparison via written records of different stages of a language that he can obtain an idea of the nature of diachronic rules. BYNON, 1977, p. 6, tradução livre).

2.2 O uso do “mesmo” e a construção do sentido do texto

Neste tópico, vamos voltar nosso olhar para o significado provocado pela interação dos aspectos sociais e estruturais dos interlocutores através da construção textual. A partir desse pressuposto, faremos uma breve análise do conceito de texto, seguida dos seus princípios de construção de sentido e, para tanto, começaremos pela discussão do que seja texto.

2.2.1 O estudo da unidade texto

De maneira geral, podemos considerar o texto como um conjunto de frases combinadas de forma intencional e coerente. Segundo Harweg (1968 *apud*, VILELA E KOCH, 2001, p. 446), o texto é formado por uma série de unidades linguísticas conectadas por uma “cadeia de pronominalizações ininterruptas”. Sob essa concepção, o texto surge através do “múltiplo referenciamento”, auxiliando o encontro das frases e retomando, através de pronomes, por exemplo, seus respectivos referentes presentes em outras frases que formam o texto.

Ampliando essa definição, a perspectiva teórica sobre o texto é apresentada por Vilela e Koch (2001) como uma:

unidade linguística (do sistema) superior à frase; sucessão ou combinação de frases; cadeia de pronominalizações ininterruptas; cadeia de isotopias; complexo de proposições semânticas; (...) como uma sequência de atos de fala; (...) fenômeno primariamente psíquico, resultado, portanto, de processos mentais; como parte de atividades globais de comunicação, que vão muito além do texto em si, já que este constitui apenas uma fase deste processo global”. (p.452-453).

Desta forma, podemos entender o texto como a exteriorização das nossas práticas socioculturais e cognitivas durante nossa atividade comunicativa. Para tanto, consideramos o texto como a melhor maneira de expressar nossa interação verbal por meio de estratégias do nosso conhecimento sobre a língua, permitindo, em seguida, a interação do texto entre os participantes da comunicação.

A atividade textual, segundo Vilela e Koch (2001), tem como participante aquele que diz alguma informação, produtor do texto; e, aquele que interpreta, leitor e

ouvinte, como responsáveis em construir um sentido de acordo com o contexto e os sinais inferenciais que o texto pode apresentar.

Fávero e Koch (1994) dizem que o texto, como uma forma de exteriorização da capacidade textual, tanto em relação à escrita como também à compreensão por parte dos interlocutores, consiste:

(...) em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto (...). (p.25).

Esse processo vai muito além de estruturas linguísticas como signos e segmentos frasais ordenados. O texto consiste em lugar de encontro dos participantes da comunicação, de modo que transpareçam suas subjetividades durante a compreensão da leitura, ou seja, “o texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte”. (MARCUSCHI, 2008, p.94).

Diante dessa perspectiva do texto, como uma estrutura inacabada, ele dependerá da competência dos falantes para compreenderem os elementos que o compõem, conforme afirmam Vilela e Koch (2001), permitindo-lhes “distinguir um texto coerente de um aglomerado aleatório de palavras e/ou sentenças, bem como parafrasear um texto, perceber se está completo ou não, resumí-lo, atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um título dado”. (p.445).

Halliday e Hassan (1973, *apud* FÁVERO E KOCH, 1994, p.38) apresentam o texto como uma verbalização com sentidos organizados e completos em um determinado contexto. Aqui, os linguistas nos remete que, em relação ao texto, é importante voltar o nosso olhar mais para o seu significado do que para a sua forma.

Portanto, considerado como uma unidade da língua, o texto não consiste apenas em um amontoado de frases. O que faz ele ser um texto depende primordialmente do momento quando é produzido e em qual contexto ele vai ser inserido, sendo que suas ideias são relacionadas através de elementos de coesão referencial, que veremos no tópico a seguir. Esses elementos de coesão permitirão o processo de conexão dessas frases, trazendo um sentido e uma sequenciação para o texto.

Também, a partir desse ponto de vista, Weinrich (1976, *apud* FÁVERO E KOCH, 1994) apresenta o texto como uma sequência de lexemas e morfemas não de forma aleatória, mas sim condicionada:

(...) um texto é uma sequência ordenada de signos linguísticos, entre duas interrupções bem marcada da comunicação, que tem por limite inferior a união de dois morfemas, enquanto seu limite superior é aberto. É pelo fato de todo signo linguístico possuir um significado que os signos linguísticos combinados fornecem o contexto um ao outro, vindo o seu valor semântico, de texto a texto, constantemente modificado (...). (p.46).

Porém, essa unidade linguística não se limita apenas ao seu significado, mas também se volta para as influências sociais, econômicas e culturais dos interlocutores que deixam traços em sua estrutura. Diante desse reflexo na prática textual, conforme Marcuschi (2008, p.75), o texto é um lugar propício em “ativar estratégias, expectativas, conhecimentos linguísticos e não linguísticos”.

De acordo com essa gama de objetivos textuais, abordemos um dado do REDS, correspondente ao século XXI, analisado nessa pesquisa onde o escritor utiliza “mesmo” de forma anafórica com o objetivo de fazer referência a uma palavra já escrita anteriormente, talvez nesse caso pelo motivo de não querer repeti-la ou pelo motivo de querer dizer que o pronome “mesmo” possua um significado igual à palavra a que ele se refere:

15) REDS 015/2009

No local tratava-se de *icendio* em lote vago sendo queimada uma área de aprox 300m2. Foi armada uma linha reta e **o mesm** delimitado. gasto aprox 2000l agua

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 015 correspondente ao ano 2009, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesm**” em negrito destacado no histórico refere-se de forma direta ao objeto de discurso em itálico “*icendio*”.

Nessa construção, podemos presenciar uma influência cultural, social e cognitiva em que o escritor deixa sua marca ao utilizar o pronome “mesmo” como elemento anafórico.

A introdução do conceito de texto demonstraria que os elementos linguísticos só podem ocorrer interligados e dotados de significação e de sentido. O complexo informacional do texto seria mais dotado de intencionalidade que a frase ou a palavra. O interesse pelo texto como fato linguístico primário fundar-se-ia sobretudo em reflexões de ordem semântica. (SCHMIDT 1971, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994, p.22).

Podemos fundamentar o uso desse exemplo, partindo da concepção de Van Dijk (1977, *apud* FÁVERO E KOCH, 1994, p 78) ao afirmar que os falantes de uma língua conhecem as regras implícitas em relação aos processos anafóricos e pronominais, por exemplo, pois sem o uso destes não produziram “enunciados coerentes”.

Assim segundo Marcuschi (2008), não há regras que determinem uma sequência textual. As sequências de um texto são comandadas não de forma aleatória, mas por relações de relevância por parte do escritor do texto, que procura sempre reconstruir as informações.

Isto equivale a dizer que se, por um lado, as operações tipicamente linguísticas como a sintaxe, a morfologia e a fonologia são imprescindíveis e inevitáveis, a análise textual não deve parar nesses aspectos, pois até eles mesmos podem ser comandados por orientações discursivas, como no caso de muitas anáforas e até mesmo de certas concordâncias sintáticas. (MARCUSCHI, 2008, p.77).

Baseado nessa perspectiva da enunciação, segundo Marcuschi (2008), durante a produção textual, o escritor está inserindo conteúdos e sugerindo sentidos. Porém, tal ação não é unilateral, pois se espera tanto por parte do escritor quanto por parte do receptor a compreensão da mensagem transmitida.

Bakhtin e Volochinov (2004) acrescentam que é muito importante essa orientação durante a produção textual por parte dos interlocutores, pois toda palavra possui “duas faces”, ou seja, ela é determinada pelo escritor como também pelo leitor, resultando-se em um produto dessa relação. “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. (p.113).

É sob essa perspectiva que a unidade texto acaba se desenvolvendo em um amplo campo de ações humanas interativas e colaborativas, permitindo assim ao falante ou ao escritor escolherem elementos para a sua produção. Porém, aqui nesse cenário é necessário, segundo Marcuschi (2008), enfrentar algumas questões teóricas e práticas:

Sabemos que para se produzir um texto deve-se seguir algumas normas, mesmo que não sejam regras rígidas. Sabemos que não se pode enunciar de qualquer modo os conteúdos, já que isso não favorecia a compreensão pretendida. Também sabemos que deve haver pelo menos uma noção clara do quanto se deve dizer e do quanto se pode deixar de dizer, isto é, sabemos que os textos são desenhados para interlocutores definidos e para situações nas quais supomos que os textos devem estar inseridos. (MARCUSCHI, 2008, p.78).

Assim, como um fenômeno de caráter social e interacional, o texto preocupa-se mais com a intenção do que com a própria palavra, ou seja, com a nova significação que a palavra adquire de acordo com o cotexto e contexto em que ela está inserida.

O que importa não é o aspecto da forma linguística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. (...) Este é o ponto de vista do locutor. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p.92).

Diferentemente das definições apresentadas sobre o texto como uma mera unidade superior à frase, combinação de frases, cadeia de pronominalizações ininterruptas e combinações de proposições semânticas, ele passa a ser entendido como um processo de organização, verbalização e construção em nossa atividade comunicativa.

Para esse processo de organização textual, Vilela e Koch (2001) destacam a contribuição de diversos conhecimentos textuais. Entre eles, estão o conhecimento linguístico, enciclopédico e interacional.

O conhecimento linguístico, além de ser responsável pela articulação entre o conhecimento gramatical e o lexical, que consiste na associação do som com o sentido, também vai determinar a organização das palavras na superfície do texto, através do uso de elementos coesivos com a finalidade de “efetuar a remissão ou a sequenciação textual”, que pode ser observado, por exemplo, com frequência durante a análise do uso do “MESMO” como elemento anafórico presente no corpus da nossa pesquisa.

O enciclopédico ou também chamado de conhecimento de mundo refere-se ao conhecimento presente na memória do interlocutor que é demonstrado na escrita no momento em que “se levantam hipóteses sobre o conteúdo do texto (...), se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical (ais) a ser(em) explorado (s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir lacunas ou incompletudes”. (VILELA;

KOCH, 2001, p.460). Esse conhecimento também pode ser observado em relação ao uso do “MESMO” como elemento anafórico, ao constatarmos a escolha com frequência do item “MESMO” para retomar qualquer informação já dita anteriormente, repassando essa função para outros textos.

O processamento desses conhecimentos na produção textual ocorre, segundo as autoras, através de estratégias cognitivas, interacionais e textuais. Durante a estratégia cognitiva apresenta-se como uma forma de instruir o interlocutor em uma escolha capaz de facilitar a produção e a compreensão textual, como, por exemplo, as inferências “que permitem gerar informação semântica nova a partir daquela dada, em certo contexto”. (VILELA; KOCH, 2001, p.463).

As estratégias interacionais buscam manter um equilíbrio durante a interação verbal em relação “às estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causa aos malentendidos”. (VILELA; KOCH, 2001, p.463). Já as estratégias textuais, além de interacionais e cognitivas, consistem na forma como o texto é organizado como um todo, visando a produção de sentido. Assim, essas estratégias organizacionais do texto, segundo Beaugrande e Dressler (1981, *apud* KOCH, 2004, p.35), consistem nos processos: coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Porém, para esta pesquisa, vamos nos restringir a dois deles: coesão e coerência, centradas apenas no texto. Já os demais processos, segundo Beaugrande e Dressler, centram-se no leitor.

Considerados, portanto, como importantes elementos de continuidade textual e de construção de sentidos, apresentaremos os processos de coesão e de coerência a seguir.

2.2.2 Coesão textual

Considerada pelos teóricos como o critério mais importante da textualidade, voltado à relação de sentido, a coesão consiste no processo de conexão semântica e sintática de palavras ou frases presentes no texto. A importância desses elementos coesivos é proporcionar uma melhor compreensão e sequenciação textual para escritores e leitores.

O que possibilita o estabelecimento das relações coesivas, como também de outras relações semânticas, é a organização do sistema linguístico em três

níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e fonológico-ortográfico (expressões); os significados são codificados como formas, e estas são realizadas como expressões. (HALLIDAY, 1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994, p.38).

Halliday & Hasan (1976, *apud* VILELA; KOCH, 2001) apresentam uma definição clássica sobre esse processo de construção textual obtido pela gramática e pelo léxico “como um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto”. (p.404).

Ainda segundo esses linguistas, a coesão apresenta-se de forma semântica no texto quando a compreensão de alguma palavra presente no discurso depende de outra palavra para que haja a produção de significado. “Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro”. (HALLIDAY & HASAN 1976, *apud* VILELA; KOCH, 2001, p.465).

Para Halliday (1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994) os principais fatores desse processo de elo coesivo consistem na referência, substituição, elipse, conjunção e a coesão lexical. Os itens linguísticos relacionados à referência correspondem aos elementos da língua que são interpretados a partir dos seus relacionamentos com outros elementos necessários para a sua compreensão.

A referência, segundo Halliday, classifica-se em: referência situacional (exófora, ou seja, fora do texto), textual (endófora, ou seja, dentro do texto), pessoal (pessoa do discurso, através de pronomes pessoais e possessivos), demonstrativa (pronomes demonstrativos e advérbios de lugar) e comparativa (em relação a identidades de forma indireta). Em relação à referência textual endófora, segundo Halliday, esta se subdivide em processos anafóricos e catafóricos.

A substituição é a colocação de um item linguístico no lugar de outro item ou até mesmo no lugar de uma frase. De acordo com Halliday, quando a substituição é feita por um pronome, por exemplo, ela é denominada de substituição nominal, podendo também utilizar nomes genéricos, como hiperônimos, para fazer a substituição de algum item linguístico.

Entre outras formas de substituição, temos, segundo Halliday (1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994), algumas palavras como “respectivamente, o mesmo, também, sim, não; o verbo fazer (...), e ser”. (p.40). Entre essas palavras, citadas por Halliday, como uma forma de coesão por substituição, destacamos o item “o mesmo”, relacionado ao tema desta pesquisa, com a função de substituir algum item ou ideia presente na

frase, conforme o seguinte exemplo: “Quando o professor se retirou do recinto, os alunos fizeram o mesmo”. (HALLIDAY, 1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994, p. 40).

A elipse define-se no processo de omissão de um léxico que pode ser recuperado pelo contexto. Vejamos o seguinte exemplo: “Meu irmão gosta de esportes, e eu, de leituras”. (HALLIDAY, 1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994). Nesse exemplo, podemos verificar que o léxico verbal “gosta” não está presente na segunda proposição, porém é recuperável pelo contexto da frase.

A conjunção estabelece uma relação significativa entre os elementos da oração, de períodos e dos parágrafos no interior de um texto. Os tipos conjuntivos utilizados são advérbios, locuções adverbiais, conjunções coordenativas e subordinativas, locuções conjuntivas, preposições e conjunções prepositivas. “Trovejou, depois de ter ventado muito”. (HALLIDAY, 1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994, p.41). Nesse exemplo, podemos verificar o uso do advérbio “depois” ligando as duas sentenças nesse período.

A coesão lexical ocorre através da reiteração por meio de palavras idênticas ou com o mesmo referente (sinônimo), contribuindo assim para a produção textual e a compreensão por parte do leitor. Esse mecanismo coesivo permite a sequencialização e a ligação dos elementos lexicais que compõem o texto.

O uso adequado desses fatores coesivos durante uma produção textual é fundamental para uma semântica clara, evitando, assim, a ambiguidade, o que confunde muitas vezes a compreensão durante a leitura do texto. Como podemos verificar em Beaugrandee Dressler (1981, *apud* 2001, VILELA; KOCH), ao relacionar o fenômeno coesivo à conexão dos componentes da superfície textual, denominados de frases e palavras, de forma linear e ligada às normas gramaticais.

Koch (1989, *apud* MARCUSCHI, 2008, p.104) apresenta duas estratégias da coesão: a conexão referencial (semântica) com a função de fazer referência a elementos presentes no texto e a conexão sequencial (elementos conectivos) com o objetivo de estabelecer uma continuidade textual.

A coesão referencial diz respeito aos elementos presentes em um texto que se relacionam com outros elementos importantes para a sua interpretação, ou seja, os elementos coesivos são interpretados de acordo com as palavras a que se referem. Segundo Koch (1989, *apud* MARCUSCHI, 2008, p.104), denomina-se de forma referencial ou remissiva, o componente que faz remissão e a referência ou referente textual, o elemento referido no universo textual.

A anáfora, considerada como uma estratégia referencial ou remissiva, por exemplo, é vista segundo Koch (2004, p.36), como uma forma de um elemento linguístico remeter a outro elemento já presente anteriormente no texto. Já quando o elemento linguístico remete a outros elementos que se encontram posteriores a ele, denomina-se outra estratégia referencial ou remissiva, denominada de catáfora. Esses mecanismos auxiliam no processo de coesão textual.

Entre as estratégias de coesão aqui apresentadas, observamos em nossos dados, que compõem o nosso corpus, a presença da coesão referencial ao utilizar o pronome demonstrativo “mesmo”, de forma anafórica, como podemos verificar em um trecho no corpus REDS (002/2000), correspondente ao século XX: “O solicitante alega que teve **o seu veículo** furtado na data de 05/08/2000 e que **o mesmo** foi localizado por ele proprio quatro dias depois da data do furto”. (REDS – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Grifos nossos). Nesse histórico, temos o uso da coesão referencial através do pronome “mesmo” que, reforçado pelo uso do artigo definido ‘o’, constroi a locução “o mesmo”, que contribui para essa remissão. Na situação mencionada anteriormente, verificamos que “o mesmo” reitera uma informação já apresentada anteriormente, “o seu veículo”; processo que denomina, neste dado, a coesão referencial anafórica.

Em relação ao outro tipo de coesão intitulada de coesão sequencial, esta consistirá em elementos linguísticos com a finalidade de articular as ideias do texto colaborando, principalmente, para a sua evolução, considerado também um importante elemento para a coerência textual, que corresponde ao entendimento do texto.

A coesão sequencial, segundo Koch (2004, p.39), refere-se “aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, parte dos enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais)”, relações que permitem a progressão textual.

Koch (2004, p.100) destaca que esse tipo de progressão coesiva garante a continuidade de sentidos, “o constante ir-e-vir entre o que foi dito e o vir-a-ser dito”. Esse constante movimento de progressão e retroação, responsável pela tessitura textual, é proporcionado ao escritor através de três estratégias de continuidade, sendo elas: a estratégia referencial, temática e tópica, que serão explanadas no tópico sobre a coerência textual.

Em relação a essa estratégia de coesão sequencial, observamos em nossos dados que compõem o nosso corpus, a presença da coesão sequencial, ao utilizar o pronome

demonstrativo “mesmo”, de forma anafórica, como podemos verificar em um excerto presente no corpus correspondente ao REDS (005/2000):

05) REDS 005/2000

No local segundo a vitima Sra Daniela ao procurar o Sr João que e seu vizinho para reclamar sobre a construcao de uma viga que **o mesmo** estaria construindo em sua residencia e que estaria danificando o seu muro de sua casa,desentendeu-se com **o mesmo** vindo a ser agredida com um soco no rosto lado esquerdo. Diante da situacao, o autor gilberto que e seu filho em sua defesa agrediu o sr joão com socos vindo a quebrar um dente. Diante do fato estando as partes exaltadas no local, fizemos a conducao de ambas a vossa presenca para as providencias cabiveis.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - grifos nossos.

Nesse excerto, verificamos a presença de dois itens de coesão sequencial de função anafórica representados pelo “o mesmo”. Na ocorrência, o redator preocupa-se em manter ativado o elemento “Sr. João” utilizando a estratégia da coesão sequencial com o uso do elemento “o mesmo” estabelecendo assim também a progressão textual.

Sendo assim, podemos perceber que os elementos coesivos consolidam a estrutura superficial do texto, com aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, colaborando para a sequencialidade e compreensão textual.

Diferentemente da coesão como uma continuidade fundamentada na forma, a seguir trataremos da continuidade baseada no sentido entre o texto e seu usuário, o qual denomina-se de coerência, dando continuidade aos princípios da construção textual.

2.2.3 Coerência textual

Diferentemente da percepção da coesão textual ao preocupar-se em interligar os itens linguísticos presentes no texto, a estratégia denominada coerência é responsável pela associação dos aspectos não linguísticos, como conhecimento de mundo e experiências humanas com as palavras presentes no texto.

Considerando Charolles (1983, *apud* MARCUSCHI, 2008), a coerência como responsável pelas sucessivas revisões por parte do leitor “é uma atividade interpretativa

e não uma propriedade imanente ao texto. Liga-se, pois, a atividades cognitivas e não ao código apenas”. (p.121).

A coerência, segundo Beaugrande e Dressler (1981, *apud* MARCUSCHI, 2008) consiste “ao modo como os componentes do universo textual, ou seja, os conceitos e relações subjacentes ao texto de superfície são mutuamente acessíveis e relevantes entre si, entrando numa configuração veiculadora de sentidos”. (p.121).

Vejamos no exemplo a seguir como essas relações de sentido se manifestam: “Meus vizinhos devem ter saído porque a televisão ainda está ligada e as luzes da varanda estão acesas”. (MARCUSCHI, 2008,p.121).

Nesse caso, supõe-se o sentido de que o fato das luzes estarem acesas e a televisão ligada é um sinal de que os vizinhos não estão no local, fundamentada também pelo uso da conjunção “porque” que interliga as frases. Baseado no exemplo acima, Marcuschi considera que a coerência não depende de uma ciência do texto, mas de um trabalho interpretativo do leitor como um sujeito influenciado por traços sociais e históricos.

(...) a coerência está muito mais na mente do leitor e no ponto de vista do receptor do texto que no interior das formas textuais. (...). A coerência não depende de um voluntarismo do sujeito individual. (...). O sujeito é histórico e social, acha-se inserido em contextos mais amplos que ele próprio e não tem domínio pleno do autor e do texto. O sujeito-leitor está submetido a um série de condicionamentos e não tem consciência de todos eles. Assim, a coerência é também fruto de domínios discursivos dos quais procede o texto (...). (MARCUSCHI, 2008, p. 122).

Esse princípio possibilita a presença de sentido do texto para os receptores do texto, como esclarece Marcuschi (2008, p.120), ao apresentar a coerência como uma “continuidade textual e semântico-cognitiva, não se esgota nas propriedades léxico-gramaticais imanentes à língua”, mas numa série de atos sucessivos que formam um conjunto compreensível como um todo.

Isso nos faz afirmar que a coerência não está no texto, não nos é possível aponta-la, destaca-la, sublinha-la ou coisa que o valha, mas somos nós, leitores, em um efetivo processo de interação com o autor e o texto, baseados nas pistas que nos são dadas e nos conhecimentos que possuímos, que construímos a coerência. (KOCH; ELIAS, 2006, p.184).

Baseada na significação dada pelo locutor para a construção de sentido do texto, Fonseca (1992, *apud* MARCUSCHI, 2008) adota dois princípios de não-contradição e não-tautologia para a coerência textual.

não-contradição: que permite a diversidade dentro de esquemas de compatibilidade definida pela pertinência nas relações de implicação lógica, sequencial temporal, inclusão etc. (ordem e causalidade); não tautologia: que providencia a continuidade textual, ou seja, a progressão temática trazendo conteúdos novos integrados. (MARCUSCHI, 2008, p. 127).

Diferentemente dessa classificação, Marcuschi (2008) acrescenta que o texto não consiste em um conjunto de tópicos sequenciais, mas em enunciados relacionados com os conhecimentos do receptor, responsável pela construção de sentido no final do texto.

Segundo Marcuschi (2008), a coerência é “uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada. Na verdade, a coerência providencia a continuidade de sentido no texto e a ligação dos próprios tópicos discursivos”. (p.121). Assumindo a coerência como um meio de envolver os interlocutores no fator da compreensão textual, o autor nos mostra a ideia de que o texto não se organiza por si só, sem alguns critérios do interlocutor, pois “a coerência está muito mais na mente do leitor e no ponto de vista do receptor(...) que no interior das formas textuais”. (MARCUSCHI, 2008, p.122).

Beaugrande & Dressler (1981, *apud* KOCH, 2004) estabelecem cinco critérios para o processo de coerência: “situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade”. (p.35).

Em relação a esses critérios de coerência textual, observamos em nossos dados que compõem o nosso corpus, a presença dos critérios de intertextualidade e intencionalidade do redator na ocorrência ao utilizar o pronome demonstrativo “mesmo”, de forma anafórica, como podemos verificar um dado presente no corpus correspondente ao REDS (019/2013):

19) REDS 019/2013

Atendendo solicitação comparecemos ao endereço citado para combater um incendio em *um veículo* que estava parado no acostamento da rodovia. segundo o *condutor o mesm o* incendiou-se enquanto se locomovia tendo *o mesmo* saído do veículo quando começou a pegar fogo. Com o uso do mangotinho utilizamos aproximadamente 500 litros de agua.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais(PCMG) – grifos nossos.

Nesse excerto, sob o ponto de vista dos elementos do processo de coerência, podemos constatar que o narrador dessa ocorrência policial utilizou de forma intencional os itens “o mesm o” e “o mesmo” de forma anafórica para fazer referência ao objeto de discurso “veículo”, cujo objetivo primordial foi dar sequenciação ao histórico da ocorrência.

Outra importante forma de construir o sentido dessa ocorrência, foi a utilização do critério da intertextualidade, tanto por parte do redator da ocorrência quanto por parte do leitor, pois ambos, para compreender o significado do item “O MESM O” e o “O MESMO”, precisam conhecer o significado anafórico que o item possui em um texto quando haver a necessidade de fazer referência a algo.

Tendo em vista a coesão e a coerência, como elementos fundamentais para a construção de sentido textual, daremos continuidade no tópico a seguir sobre o processo de referenciação como uma forma de compreensão interativa.

2.3 Referenciação: um fator de construção de sentido

Os estudos da área da linguística textual sobre a referenciação apresentam várias concepções ao longo do tempo, partindo da postura sobre o texto como algo pronto para algo em contínuo processo de reconstrução. “A expressão referenciação é aqui usada no lugar de referência, já que esta última tem um caráter de relação pré-fabricada (à margem das condições de uso) entre o mundo e a linguagem”. (Marcuschi, 2008, p. 138).

Inicialmente, sob uma visão tradicional da linguística, a “referência” consistia de forma objetiva e reduzida na relação direta e transparente entre um termo linguístico e um objeto do mundo extralinguístico, ou seja, como se a palavra fosse o próprio objeto extralinguístico, como afirma Mondada (2001, apud KOCH, 2005):

A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, (...), ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (o mundo)”. (p.34).

Porém, outros pesquisadores da língua passam a questionar a representação etiquetada do mundo denominado por um signo, “referente”, voltando-se para uma perspectiva de que o signo não é visto mais como um “referente” e sim como um “objeto de discurso”, elaborado a partir de interferências sociais e históricas do interlocutor durante a sua representação.

Com o passar do tempo, sob uma perspectiva construtivista do mundo exterior, o escritor passa a escolher o item linguístico de acordo com o posicionamento que ele queira expressar. Dessa forma, a “referência” dá espaço para a “referenciação” em que não há apenas uma preocupação com a escrita de uma informação, mas sim na influência intersubjetiva do escritor em transmitir a sua mensagem carregada muitas vezes de valores pessoais e culturais.

Assim, os objetos de discurso construídos pelos participantes da comunicação não são mais independentes semanticamente. Em concordância com os pesquisadores, não devemos entender o objeto de discurso como um espelho do mundo, mas sim como uma prática de reelaboração transmitida no discurso.

Blikstein (1985 *apud*, KOCH, 2004) mostra-nos verdadeiramente que a realidade representada por meio de palavras é apenas um produto da percepção cultural dos interlocutores.

(...) o que julgamos ser a realidade não passa de um produto de nossa percepção cultural. Ou seja, percebemos os objetos tal como previamente definidos por nossas práticas culturais: “a realidade” é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre prática, percepção e linguagem.(p.51).

Dessa forma, os estudiosos da língua passaram a acreditar na importância de incluir os aspectos de percepção e cognição na parte semântica dos itens linguísticos, “pois é evidente que a significação linguística é tributária do referente e que este, por sua vez, é constituído pela dimensão perceptivo-cognitiva”. (BLIKSTEIN, 1995 *apud*, KOCK 2004, p.52).

Marcuschi (2008, p.140), nesse processo de referenciação, interessa-se “mais do que a maneira como o texto faz referência a uma exterioridade, interessa a maneira como os locutores concebem sua referência a uma exterioridade”.

Diante dessa proposta sobre a referenciação, vejamos o seguinte dado que compõe o nosso corpus, correspondente ao REDS (017/2013):

17) REDS 017/2013

Comparece nesta depol, para informar que pessoas nao identificadas estao usando o numero de seu cpf, para realizarem comparas na cidade de belo horizonte, que **a mesm** so tomou conhecimento dos fatos quando recebeu tres faturas no valor de ii75,00 cada uma.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Nesse excer, sob o ponto de vista da referenciação, podemos constatar que o narrador dessa ocorrência policial utilizou o item “a mesm” para fazer referência ao objeto de discurso implícito “vítima”.

Desse modo, o objeto de discurso passa a ter outra imagem diferente a qual foi discrita, apresentando de acordo com o ponto de vista do escritor que a exterioriza por meio do processo de referenciação. Vale acrescentar, nesse dado analisado, que esse processamento estratégico de referenciação, por exemplo, possibilita a interpretação de uma expressão referencial anafórica, não se preocupando apenas em localizar algum elemento linguístico no texto, mas sim a informação anterior, “vítima”, já presente na memória discursiva.

Denomina-se referenciação as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial. (KOCH; ELIAS, 2006, p.123).

Roncarati (2010) esclarece que, quando esses produtos cognitivos são conduzidos, retomados e identificados no texto, com a finalidade de dar sequência à produção discursiva, verifica-se a construção de sentido do texto através da interação dos sujeitos do discurso (escritor e leitor).

(...) a referenciação é uma construção colaborativa que emerge de práticas simbólicas e sociais: os objetos de discurso podem apresentar modificações sensíveis ao contexto ou ao ponto de vista intersubjetivo, evoluindo na

progressão textual à medida que lhes são conferidos novas categorizações e atributos.” (RONCARATI, 2010, P.43)

Assim, segundo Koch e Elias (2006), com essa reconstrução da realidade baseada em nossos “óculos sociais”, o interlocutor escolhe as palavras para representar o estado das coisas de acordo com a sua proposta de sentido. Aqui, podemos compreender que a forma de referenciação do escritor está inserida em um “querer dizer”.

Para verificarmos se em nossos dados ocorre esse processo de referenciação, vejamos o excerto a seguir, extraído de nosso corpus REDS 004/2000:

04) REDS 004/2000

Que comparece a esta especializada afim de expor o seguinte fato. Que em data de 19/01/2002, por volta de 19.00hs. O local de rua pau brasil, Bairro Floramar, a PM encontrou seu veiculo de placas gou-8799, que havia sido furtado em data de 18/01/2002. Porem segundo o representante nao sabia que teria que voltar a esta especializada para retirada do impedimento de furto, portanto consta ate o momento o referido impedimento e requer a retirada **do mesmo**. mais nada a expor pede providencias.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais(PCMG) – grifos nossos.

Nesse fragmento constatamos a presença da referenciação textual através da reconstrução do objeto de discurso “referido impedimento” na forma “do mesmo”, sendo que o interlocutor insere nessa forma uma orientação de retomar o que já foi dito anteriormente, utilizando-o como elemento anafórico.

Como se sabe, esse processo de remissão textual em relação ao uso do “mesmo” como elemento anafórico é estabelecido na memória discursiva do interlocutor quando este redige outros discursos e utiliza novamente “o mesmo” com a estratégia anafórica.

(...) é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não tem estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas languageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente. (MONDADA, 2001 *apud*, KOCH, 2005, p.34).

Dessa forma, podemos constatar que os objetos de discurso realmente não se misturam com a estrutura estática dos objetos da realidade extralinguística na referência. Ou seja, a construção de referentes não consiste apenas em um reflexo de mundo, mas, também, na interferência cultural e social onde os sujeitos falantes encontram-se inseridos.

Nessa construção intervêm não somente o saber construído linguisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir dos elementos nele presentes (graças aos conhecimentos lexicais, enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns de uma dada sociedade), como também os saberes, opiniões e juízos mobilizados no momento da interação autor-texto-leitor. (KOCH; ELIAS, 2006, p.125).

Portanto, conforme expusemos na análise acima, para Koch (2005), encaixar uma palavra em alguma categoria constitui uma prática da linguagem em que podemos reconstruir um objeto de discurso, imprimindo nos enunciados “orientações argumentativas conforme à proposta enunciativa do seu produtor”. (p.35).

Segundo Koch e Elias (2006), durante a construção e reconstrução dos objetos de discurso podem ser utilizadas as seguintes estratégias de referenciação: introdução, retomada e a desfocalização. A **introdução**, também denominada de “construção”, consiste em um “objeto” até então não mencionado, apresentando em ênfase e ocupando um lugar de destaque no texto. A **retomada**, também denominada de “manutenção”, consiste em um “objeto” já presente no texto, e que é reativado na memória do discurso através de uma forma referencial, mantendo ainda a atenção para o objeto de discurso. Já a **desfocalização** ocorre quando um novo “objeto” é introduzido, em destaque, passando a ocupar o lugar de outro objeto de discurso, deixando este em segundo plano. O objeto de discurso desfocalizado permanece ativado parcialmente, podendo a qualquer momento voltar a sua posição anterior.

Vejamos, na prática, algumas dessas estratégias de referenciação no excerto extraído de nosso corpus correspondente ao REDS (005/2000):

05) REDS 005/2000

No local segundo a vítima Sra Daniela ao procurar o Sr João que e seu vizinho para reclamar sobre a construcao de uma viga que **o mesmo** estaria construindo em sua residencia e que estaria danificando o seu muro de sua casa,desentendeu-se com **o mesmo** vindo a ser agredida com um soco no rosto lado esquerdo. Diante da situacao, o

autor gilberto que e seu filho em sua defesa agrediu o Sr João com socos vindo a quebrar um dente. Diante do fato estando as partes exaltadas no local, fizemos a conducao de ambas a vossa presença para as providencias cabiveis.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Nesse dado, o objeto de discurso “**o sr. João**” apresenta-se como elemento de **introdução** e “o mesmo” é utilizado como retomada do objeto de discurso que é “o sr João”. Notamos, assim, a constatação de Koch (2004) ao afirmar que os objetos de discurso presentes podem ser modificados ou expandidos durante o processo de progressão textual.

Partindo da constante recorrência de tais estratégias, continuamente reelaboradas e modificadas através de novas referências, é que surge o texto. Dessa maneira, Koch (2004) faz alusão de que os objetos já existentes podem ser modificados ou expandidos, “de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente”. (p.63).

A seguir, ampliaremos a discussão acerca das estratégias de referência, dando ênfase à anáfora e suas tipologias, que serão objetos principais para a análise dos dados que compõem o corpus desta pesquisa.

2.4 Processos de referência: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso através da anáfora

Sabemos que a questão da referência, como um processo de construção e compreensão textual, posiciona-se em uma visão sociocognitiva que interfere nas escolhas referenciais. Ao tratarmos da visão macro, correspondente ao texto, a referência se desenvolve a partir da progressão referencial e tópica. A progressão referencial refere-se à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de objetos de discurso presentes no texto, formando assim, como denomina também Marcuschi (2008), uma “cadeia referencial”. Já a progressão tópica está relacionada aos assuntos tratados ao longo do texto.

A seguir, trataremos das formas de progressão referencial que são utilizados nas produções textuais.

2.4.1 Formas de introdução de referentes no texto

De acordo com a categorização proposta por Koch e Elias (2006), as formas de introdução de objetos de discurso no texto podem ocorrer de duas formas: **ativação não-ancorada** e **ancorada**.

A introdução de referente com **a ativação não-ancorada** ocorre quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto. Segundo Koch (2004), durante esse processo de categorização surge uma espécie de “endereço cognitivo” na memória do escritor ou leitor. Exemplo:

“Nova espécie de ave é descoberta na Grande SP. O Ibama anunciou ontem a descoberta de uma nova ave, o bicudinho-do-brejo-paulista. O *Stymphalornis* sp. nov (a terminação indica que o animal não recebeu a denominação definitiva da espécie) foi encontrado pelo professor Luís Fábio Silveira, do Departamento de Zoologia da USP, em áreas de brejo nos municípios de Paraitinga e Biritiba-Mirim, na Grande São Paulo, em fevereiro. O pássaro tem pouco mais de 10 centímetros de comprimento, capacidade pequena de vôo e penugem escura”. (O Estado de S.Paulo, 6 de maio 2005, p.18, *apud* KOCH; ELIAS, 2006, p.124, **negrito nosso**).

Nesse exemplo, há uma introdução de um novo objeto de discurso no texto representado pela expressão nominal “Nova espécie de ave”, que consiste no título presente nesse exemplo, iniciando o texto. Já a introdução de referente com **a ativação ancorada** consiste na introdução de um “novo objeto de discurso”, com base em elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo do interlocutor, sendo possível a associação entre eles. Exemplo: “Padre! Sou um alcoólatra! Meu filho! Tem que ter forças pra vencer o vício! Agora vai se comungar! E **o vinho**? Não vem?”. (O Estado de S.Paulo, 7 de setembro. 2005, *apud* KOCH; ELIAS, 2006, p.127, **negrito nosso**).

Nesse exemplo, há uma introdução de novo referente “o vinho” que pode ser associado ou ancorado aos elementos presentes no texto “alcoólatra” e “vício”, através da compreensão textual por parte dos interlocutores.

No tópico a seguir, trataremos dos casos de ativação ancorada como um meio de estabelecer uma sequenciação das informações de forma gradual.

2.4.2 A ativação ancorada com os mecanismos anafóricos

Considerada como uma das estratégias de progressão referencial, a ativação ancorada consiste nos processos de anáfora e catáfora, sendo a primeira ativação responsável pela fundamentação da análise do item “mesmo” como elemento anafórico no corpus desta pesquisa.

De modo geral, podemos considerar a anáfora como uma relação entre o termo anafórico e o seu respectivo antecedente, presente no discurso ou não, sendo neste caso identificado através da interpretação ou através da interpretação dele. Essa estratégia de progressão e recategorização de referentes permite a reativação de um termo anteriormente ativado no discurso.

Baseado na retórica tradicional, a **anáfora** consiste na ação de repetir um nome presente no início de uma frase. Para Koch (1994), através da anáfora “estabelece-se uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um item pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto”. (p.39). Exemplo: “Paulo é um amigo fiel. **Ele** sempre me deu provas disto”. (p.39, negritos nossos). Nesse exemplo, o item “Ele”, além de funcionar como um elo coesivo entre os dois sintagmas, repete o mesmo significado do item “Paulo”.

Distante da posição clássica, Marcuschi (2005) compara duas definições, uma tradicional e outra atual em relação à anáfora, ora como expressões definidas ora representadas no texto de forma implícita ou explícita, com uma abordagem discursiva:

Originalmente, o termo anáfora, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Hoje, na acepção técnica, anáfora anda longe da noção original e o termo é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não) contribuindo assim para a continuidade tópica referencial. (MARCUSCHI, *apud* KOCH, 2005, p.219).

Dada as diversas definições sobre a anáfora, podemos considerá-la como um fenômeno de referenciação e correferenciação textual (palavras que tenham a mesma referência), ativação e de reativação de objetos de discurso presentes no texto, levando em conta não apenas a ação de repetir, mas também em trazer significado na relação com seus respectivos objetos de discurso a que se referem. Esse mecanismo coesivo possui alguns tipos. Segundo Cavalcante (2003, p.109), a anáfora se divide em dois grupos: **anáfora correferencial total ou parcial** e **anáfora indireta**.

A **anáfora correferencial total** corresponde a retomada de algum elemento com uma mesma referência já presente anteriormente no texto. De acordo com o teórico, esse tipo de anáfora “abrange qualquer processo em que duas expressões referenciais designam o mesmo referente”. (CAVALCANTE, 2003, p.109).

Esse tipo anafórico pode ocorrer por substituição de forma pronominal e nominal. Para Marcuschi (2005), esse tipo de anáfora é representado por um pronome ou um nome que retoma um nome antecedente explícito no contexto.

Geralmente o recorrente uso de léxicos correspondentes das **anáforas correferenciais por substituição** deve-se a intenção de não repetir o objeto de discurso a que o léxico venha se referir.

Denominada também como **anáfora direta**, Koch e Elias (2006) definem a anáfora como uma “espécie de substituto do elemento por ela retomado”. (p.55). Exemplo: “Paulo saiu; **ele** foi ao cinema”. (p. 127, negritos nossos). Nesse exemplo, o pronome “ele” retoma o objeto de discurso “Paulo” e mantém, também, com o objeto de discurso uma relação correferencial, proporcionando assim uma continuidade na frase.

Para Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005), a **anáfora direta** retoma referentes introduzidos anteriormente, estabelecendo uma relação de “correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente”. (p.219).

Funcionando como uma espécie de substituto ou reativação do “elemento retomado”, o linguista propõe que a correferencialidade é fundamental para a anáfora direta, além da concordância nominal do elemento anafórico de acordo com o “elemento retomado”, principalmente “quando houver mais de um candidato a antecedente referencial”. (MARCUSCHI, *apud* KOCH, 2005, p.219).

Considerando essa perspectiva, também podemos visualizar tal uso anafórico no seguinte dado retirado de nosso corpus REDS 001/2000:

05) REDS 005/2000

No local segundo a vitima Sra Daniela ao procurar o Sr João que e seu vizinho para reclamar sobre a construcao de uma viga que **o mesmo** estaria construindo em sua residencia e que estaria danificando o seu muro de sua casa,desentendeu-se com **o mesmo** vindo a ser agredida com um soco no rosto lado esquerdo. Diante da situacao, o autor gilberto que e seu filho em sua defesa agrediu o sr João com socos vindo a quebrar

um dente. Diante do fato estando as partes exaltadas no local, fizemos a conducao de ambas a vossa presença para as providencias cabiveis.

Fonte: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Nesse fragmento, podemos verificar que o item “o mesmo” retoma o objeto de discurso “o Sr João” expresso anteriormente, tratando-se de uma anáfora direta.

A **anáfora correferencial parcial** retoma apenas uma parte do seu antecedente. Cavalcante (2003) ressalta que tal emprego anafórico utiliza “quantificadores, como “os topiqueiros.... dois deles...”, ou “alguns deles””. (p.109).

A **anáfora indireta** corresponde àquelas “que não retomam referentes,” fazendo remissão ao objeto de discurso através do contexto. Diferentemente da anáfora direta, que tem o seu objeto de discurso explícito, a **anáfora indireta**, de forma implícita através do contexto, introduz um novo objeto de discurso ainda não mencionado. Neste tipo de anáfora, a retomada ao objeto de discurso implícito, será possível através do conhecimento de mundo e conhecimentos partilhados no texto.

As **anáforas indiretas** ou também denominadas de **anáforas sem retomada** possuem duas características fundamentais: “a não-correferencialidade e a introdução de um referente novo sob o modo do conhecido”. (CAVALCANTE, 2003, p.113). Segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005), a **anáfora indireta** não depende de uma correspondência morfossintática e nem em reativar referentes já explicitados.

(...)por expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto. Tratamos de uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita. (p.217).

A **anáfora indireta**, diferentemente da anáfora direta, não possui um antecedente explícito, porém o termo anafórico através de uma relação de sentido ligará ao seu antecedente que funcionará como uma âncora. Exemplo: “Não compre **a xícara amarela. O cabo** está quebrado”. (MARCUSCHI, 2005, p.62, negritos nossos). Nesse exemplo, a palavra **O cabo** é uma palavra nova, funcionando como âncora em relação ao termo antecedente **a xícara amarela**. Portanto, podemos afirmar que **O cabo** funciona como anáfora indireta em relação à **xicara amarela** por meio interpretivo.

Como podemos observar, através desse exemplo, a anáfora indireta mesmo sem um elemento de retomada, faz remissão a uma âncora presente no texto. A âncora, segundo Marcuschi (2005):

(...) é uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta. Constitui-se como um gatilho que evoca inferência (...) ativando significados e desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas mas situadas no texto. (p.225).

Marcuschi (2005) menciona que, em alguns momentos no texto, aparecerão várias âncoras, permitindo a ambiguidade textual, porém é necessário “investir conhecimentos adequados buscados no contexto das âncoras oferecidas”. (*apud* KOCH, p.246).

Considerada uma espécie de anáfora indireta, a **anáfora associativa** introduz um novo referente no texto que tenha relações “meronímicas”, ou seja, um elemento dessa anáfora pode ser considerado uma parte do objeto de discurso a partir da interpretação do contexto. Neste caso, a **anáfora associativa** dependerá da interpretação do seu respectivo objeto de discurso. Segundo Koch e Elias (2006), essa relação, não-explicita, denomina-se de relação meronímica, em que o elemento anafórico passa a fazer parte de alguma estrutura semântica do objeto de discurso.

Exemplo:

A fazenda estava abandonada. Dava pena ver **o pasto e as lavouras** dominadas pelo mato, **a porteira** derrubada e o velho **casarão** em ruínas. Nada lembrava a fartura e a riqueza dos bons tempos”. (KOCH; ELIAS, 2006, p.129, negritos nossos).

Nesse exemplo, os referentes novos “pasto”, “lavouras”, “porteira” e “casarão” são partes do objeto de discurso “fazenda”. Seguindo a proposta de Koch (2004), incluem-se também entre os casos de introdução ancorada de objetos de discurso, as **anáforas por nominalizações, rotulações ou encapsulamento**.

A **anáfora por nomeação, encapsulamento ou rotulação** possui a função de categorizar, recategorizar ou condensar os objetos de discurso que se apresentam em forma de uma proposição. A intenção desse tipo de anáfora é diminuir ao máximo o número de informações presentes no objeto de discurso. Segundo Koch (2005), esse tipo de anáfora implica “uma escolha entre uma multiplicidade de formas de

caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto”. (p.35).

Como podemos ver no seguinte exemplo: “O americano Ray Charles pertenceu a uma categoria rara de artistas: a dos legítimos inventores. (...) **Esse artista único** morreu na quinta-feira passada, 10 de junho, por causa de problemas no fígado”. (KOCH, 2005, p.36, negritos nossos). Nesse exemplo, a proposição correspondente ao objeto de discurso “O americano Ray Charles pertenceu a uma categoria rara de artistas: a dos legítimos inventores” transforma-se no sintagma “Esse artista único”.

Assim, podemos observar que a anáfora por nominalização utilizada no exemplo acima é formada através de um conhecimento já enraizado na memória do escritor que constrói uma imagem subjetiva em relação ao objeto de discurso. Dessa forma, ainda segundo a autora, a nominalização “permite extrair do texto informações importantes sobre opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido”. (KOCH, 2005, p.35-36).

De acordo com Koch e Elias (2006) destacam as **nominalizações** ou também chamadas de **rotulações**: “quando se designa, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado expresso por uma proposição ou proposições precedentes ou subsequentes no texto”. (p.129).

Os objetos de discurso desse tipo anafórico podem ser reconstruídos através de pronomes, elipses, advérbios e entre outros recursos lexicais, como os sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e expressões nominais, em que podemos verificar no seguinte exemplo:

Em uma manhã ensolarada, Heitor encontrou uma linda cachorrinha, pequena e toda branquinha, e deu a **ela** o nome de Blanche. Todos os dias, perto da hora do almoço, Blanche ficava junto ao portão, esperando Heitor chegar da escola. **Ela** dava pulos de alegria quando **o** via. (ROSA, Nereide S. Santa e BONITO, Angelo. Crianças famosas: Villa-Lobos. São Paulo: Callis, 1994, apud KOCH; ELIAS, 2006, p.131, negritos nossos).

Nesse exemplo, a referenciação dos objetos de discurso “Heitor” e “Blanche” é feita por meio dos pronomes “ela” e “o”.

A **anáfora por nominalização**, além desses recursos, também utiliza expressões nominais definidas e indefinidas. Segundo Koch e Elias (2006, p.132), essas expressões são formadas por um “um determinante definido (artigo definido ou

pronome demonstrativo) seguido de um nome”. Essas expressões funcionam como uma marca do locutor em relação à informação transmitida. Vejamos o seguinte exemplo:

Uma borboleta bate as asas metálicas sobre o Pentágono e **a tempestade dos desertos insurgentes** se ergue no Oriente; **os aliados dos desgovernos anteriores** caem de joelhos e explodem. Quem precisa **desses comerciais de heróis e vitórias** quando mal entendemos o nosso fracasso? (BONASSI, Fernando. Folha de S.Paulo, 21 set. 2004, apud KOCH; ELIAS, 2006, p.132, negritos nossos).

Nesse exemplo, vemos a escolha de determinada descrição expressa pela expressão nominal “desses comerciais de heróis e vitórias” (formado pelo pronome “desse” juntoaos nomes “comerciais de heróis e vitórias”) por parte do interlocutor que acredita que tais informações são importantes em relação aos objetos de discurso “a tempestade dos desertos insurgentes” e “os aliados dos desgovernos anteriores”.

Segundo Koch (1994), entre outros elementos capazes de reativar os objetos de discurso, estão as palavras “respectivamente, o mesmo, também, sim, não”. Destacamos aqui um exemplo, com o uso do “mesmo” apresentado pela autora: “Quando o professor se retirou do recinto, os alunos fizeram *o mesmo*.” (p.40, grifo da autora). A linguista ainda ressalta que, na maioria das vezes, essas expressões nominais são “introduzidas por um demonstrativo” com função de não só rotular uma parte do texto, mas também de criar “um novo referente textual que, por sua vez, passará a constituir um tema específico para os enunciados subsequentes”. (p.38).

Segundo Koch e Elias (2006), a ação dessas formas referenciais propicia a “manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, que são responsáveis pela progressão referencial do texto. (p.131). Porém, tais expressões nominais segundo Musseler e Rickheit (1990, *apud* Koch, 2004, p. 71) exigem por parte dos interlocutores uma compreensão em relação às informações dessas expressões com os objetos de discurso presentes no contexto.

De acordo com Schwarz (2000, *apud* KOCH, 2004), as anáforas por nominalização, denominadas pelo autor de “anáforas complexas”, não dão nome especificamente a um objeto de discurso, ou seja, “essa especificação contextual, efetuada a partir das proposições –suporte, veiculadoras das informações relevantes, vai constituir uma seleção particular e única dentre uma infinidade de lexicações possíveis”. (p.71).

Diante dessa observação, podemos interligar esses possíveis referentes às expressões nominais na memória do interlocutor que, posteriormente, irão inseri-las em outras construções textuais, de acordo com os seus objetivos durante a comunicação. Isso torna-se perceptível nos fragmentos que compõem os corpora desta pesquisa em que há constante uso do “o mesmo” como elemento anafórico, com a finalidade de retomar os objetos de discurso anteriormente apresentados no texto.

No próximo capítulo, faremos a apresentação de algumas considerações sobre o gênero textual e alguns tipos de gênero que formam nossos corpora, seguida das análises, para as quais as teorias aqui discutidas são importantes.

CAPITULO 3 – Apresentação e análise dos dados

3.1 Gênero Textual: a materialização da linguagem

Em todos os campos da atividade humana, o múltiplo uso da linguagem, no caso da fala, e o uso do texto, no caso da escrita, é materializado e organizado de acordo com padrões relativamente imutáveis, variando de acordo com cada situação social da mensagem, o qual denomina-se de gêneros textuais. Entre os tipos de gêneros textuais estão: cartas, e-mail, anúncio, artigo, resumo, poesia, conto, piada, tirinha entre outros.

Segundo Bakhtin (1992, *apud* KOCH; ELIAS, 2006), a relação segura da nossa atividade comunicativa com os gêneros textuais consistem em enunciados regidos por “uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo”. (p. 102). Semelhantemente, Marcuschi (2010, p.19) não apresenta os gêneros textuais como “instrumentos estanques”, mas com a possibilidade de ter traços criativos em sua formação.

Em relação ao aspecto criativo do gênero textual, Bakhtin (2003, p.282) complementa que os falantes moldam seus discursos de acordo com as formas de gênero, “às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas”.

Conforme Marcuschi (2010), o gênero textual, visto como uma entidade sociodiscursiva, é resultado de um trabalho coletivo, buscando contribuir com a organização e estabilização das atividades comunicativas do dia a dia.

Para a noção de gênero textual, predominam os critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade, sendo que os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam. Gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos. (p.25-26).

Koch (2004, *apud* KOCH E ELIAS, 2006) acrescenta que os participantes da comunicação possuem a capacidade de ler e escrever diversos tipos de produções textuais em diferentes meios sociais, a qual é denominada de competência metagenérica. Ou seja, “se por um lado a competência metagenérica orienta a produção de nossas práticas comunicativas, por outro lado, é essa mesma competência que orienta a nossa compreensão sobre os gêneros textuais efetivamente produzidos”. (p.103).

Somando-se a postura de Koch (2004), Bakhtin (1992, *apud* KOCH, 2006) expõe que somos capazes de modelar nossa fala de acordo com o que é exigido pelo gênero textual, considerado fundamental para a comunicação verbal. Dessa forma, para o teórico, a manifestação da linguagem reflete a sua finalidade de acordo com o tema e estilo daquilo que o falante quer expressar.

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 1992, *apud* KOCH, 2006, p.106).

O autor chama a atenção para o fato de que os gêneros textuais, quanto às práticas sociocomunicativas, possuem uma estrutura determinada, tendo cada tipo a sua função de acordo com a atuação do falante. Essa determinação em relação a sua estrutura de forma coletiva permite uma melhor compreensão. Porém, diante dessa perspectiva de padronização, não quer dizer que não possam existir variações nos tipos de gêneros textuais.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à mediada que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262).

De acordo com o ponto de vista de Bakhtin, os gêneros textuais são enunciados relativamente estáveis em sua composição; diferenciam-se uns dos outros pelo conteúdo e estilo; são escolhidos pelos participantes da comunicação de acordo com a necessidade temática de cada um deles. Portanto, “todo gênero é marcado por sua esfera de atuação que promove modos específicos de combinar, indissolivelmente, conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição”. (BAKHTIN, 1992, *apud* KOCH; ELIAS, 2006, p. 107).

Essas considerações fundamentam a ideia de que, quando o escritor escolhe um determinado gênero textual, por exemplo, ele está exteriorizando na informação “uma marca individual”, não descartando, mesmo assim, a estabilidade desse gênero. Dessa forma, a vontade do escritor ao escolher um gênero é determinada pelo tipo de assunto e “pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes”. (BAKHTIN, 2003, p.282).

Vejamos a seguir os tipos de gêneros textuais em que consiste o corpus dessa pesquisa.

3.1.1 REDS (Registro de Eventos de Defesa Social)

O boletim de ocorrência policial ou também conhecido, no Estado de Minas Gerais, como Reds (Registro de Eventos de Defesa Social), especificamente escolhido como um dos dados para análise nessa pesquisa, é um documento lavrado de forma padronizada pelas autoridades que compõem os órgãos da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de materializar o registro da ocorrência de um crime, tendo como leitores implícitos os envolvidos dos fatos contidos na ocorrência policial, entre outros leitores interessados pelos fatos, como advogados, investigadores, escrivães, delegados entre outros.

Disponível através do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), o Reds também é considerado uma importante ferramenta estratégica e operacional para monitorar os indicadores de criminalidade no Estado de Minas Gerais, possibilitando assim uma redefinição das políticas de Segurança Pública e otimização dos recursos operacionais existentes, além de resguardar a legalidade que sustenta a ação policial, corrigindo e avaliando ações a fim de prestar um serviço eficiente.

Portanto, esse tipo de registro apresenta-se aos órgãos de segurança pública de forma informatizada, acessível, ordenada e detalhada, com o objetivo de produzir de forma escrita: “(...)todo fato que, de qualquer forma afete ou possa afetar a ordem pública e que exija a intervenção policial, (...)”. (REDS, 2006, p.5).

Nesse sentido, Tristão (2007), em sua dissertação intitulada “**O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência**”, esclarece que, após o registro dos fatos, no boletim de ocorrência, a notícia de infração penal, seja de crime ou contravenção, é transmitida para a “autoridade de polícia judiciária (Polícia Federal e Polícia Civil) bem como a outros órgãos, públicos ou particulares” para posteriores investigações com a finalidade primordial de se esclarecer a autoria do crime.

O preenchimento da ocorrência, através do sistema informatizado, deve conter importantes informações como o nome de vítimas, suspeitos, testemunhas, vestígios,

materiais utilizados para a prática do crime, a narração dos fatos, entre outras informações consideradas importantes para futuras investigações.

Para auxiliar essa pesquisa, utilizaremos o campo “histórico” presente no boletim de ocorrência. Assim, em relação às informações do “histórico”, como parte dos dados do nosso corpus, usaremos dados pessoais fictícios com a finalidade de garantir a preservação da real identidade dos envolvidos, mantendo assim o direito de uso de dados e informações consideradas sigilosas.

Tristão (2007, p.30) define essa seção como uma “síntese das informações colhidas pelo policial a partir dos depoimentos dos envolvidos e dos dados colhidos por ele sobre todo o contexto local, tempo, envolvidos, etc”, narrando os dados colhidos e o local de acordo com sua percepção. Ele diz, também, que nesse campo a autoridade policial não tem uma estrutura rígida para ser seguida, mas sim apenas algumas orientações para realizar a escrita “com certas limitações de produção, tais como: o texto deve ser preferencialmente conciso, fato que propicia maior utilização de termos referenciais, inclusive os elementos dêiticos”. (p.32).

Ainda diante dessa consideração do autor, em relação à orientação aos policiais sobre a escrita do histórico, entendemos que essa necessidade de se escrever de forma mais resumida facilita o uso de termos referenciais, como o uso “o mesmo” como o uso do “o mesmo” sendo um elemento anafórico, tema principal da nossa pesquisa.

3.1.2 Termos de Devassa

Juridicamente, o termo “devassa” consiste no ato de investigar um crime de forma detalhada, através de pesquisas de provas em relação aos fatos ocorridos, e, também, através de diálogos de testemunhas em relação ao fato criminoso. O gênero “termos de devassa” irá registrar, por escrito, toda a investigação, de acordo com as respectivas provas, observações e oitiva de testemunhas, com o objetivo de apurar um crime, este denominado de testemunhos.

Duchowny e Coelho (2013) apresentam o conceito de termos de devassa atrelados a registros de vários tipos de delitos com “(...) relatos formais de investigações acerca dos desvios de comportamento de cidadãos que infringiram as normas de conduta da moral Católica (...)”. (p.9). As devassas eram de vários tipos, sendo que cada uma dispunha de acordo com o crime cometido. Um exemplo disso, segundo

Duchowny e Coelho (2013), é quena época colonial os crimes relacionados ao meio religioso como “violação de comportamentos ligados à profissão da fé ou desobediência aos mandamentos” eram denominados de “devassas eclesiásticas”. A apuração dos crimes religiosos ocorria através dessa inquirição realizada por um representante da Igreja:

Essa autoridade, nas Minas setecentistas, era exercida por um prelado ou por um sacerdote incumbido por ele de visitar as comarcas com o fito de conhecer-lhes as necessidades, o modo como o serviço divino era exercido, bem como de avaliar o comportamento dos párocos e de seus paroquianos. (p.26-27).

Junto aos responsáveis por essa visitação estava, também, o escrivão ou o secretário “funcionário responsável por registrar, com letras às vezes ininteligíveis, as narrativas do depoente” (DUCHOWNY; COELHO, 2013, p.28). Esses registros eram juntados em um livro denominado “Livro dos Termos”, com uma estrutura bastante padronizada, segundo Figueiredo (*apud* DUCHOWNY; COELHO, 2013):

O depoimento propriamente dito era antecedido pela identificação do inquirido e pelo registro de alguns de seus dados (nome, lugar de moradia, ocupação, idade, situação civil e naturalidade) no livro. No transcurso do depoimento, o escrivão registrava, com objetividade variada, as denúncias dirigidas contra pessoas ou grupos, responsáveis por determinado crime sugerido pelo interrogatório. (p.28).

Assim, após os registros juntados ao Livro dos Termos, os casos eram julgados pela autoridade religiosa. Em seguida, essa autoridade impunha as penas aos condenados pelos crimes cometidos e as penas ou as absolvições eram declaradas em um segundo momento da visitação.

quando os acusados eram convocados à comparecer à Mesa, ocasião em que ouviam a leitura de sua condenação, tomando pela primeira vez contato com a acusação que sofreram. Era necessário que prometessem emendar-se perante a Mesa, com um juramento, seguido pela assinatura no auto, do qual constava também uma punição. (FIGUEIREDO, *apud* DUCHOWNY; COELHO 2013, p.29).

As punições variavam de acordo com o crime cometido, sendo que os delitos mais comuns dessa época, segundo o registro das pesquisadoras, eram o incesto, jogos e tabulagens, consentimento e “alcouce” (casa de prostituição).

Diante desse riquíssimo valor histórico e linguístico com registros de fatos e personagens, utilizando a linguagem culta daquela época, utilizaremos termos de devassa editados na pesquisa **“Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas”** de Duchowny e Coelho como uma mostra pretérita da língua a fim de verificarmos que havia ocorrência de “o mesmo” com valor referencial.

3.1.3 Estatutos de Irmandade

O termo “estatuto” consiste em um conjunto de normas relacionadas ao funcionamento de uma organização de um estabelecimento ou coletividade. O gênero discursivo estatutos de irmandade são regulamentos sobre a “composição”, “o funcionamento” e “as obrigações” de grupos religiosos ou associações laicas voltadas para obras de caridade e de fé durante o ciclo do ouro em Minas Gerais. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, p.9).

Segundo Duchowny e Coelho (2013), as irmandades eram formadas por pessoas leigas que contratavam religiosos para a realização de serviços sacros, como a “construção de igrejas e capelas”, que muitas vezes funcionavam até mesmo como sede das irmandades. Essas organizações, de forma solidária, também exerciam o papel da Igreja e do Poder Público. “Sabe-se, por exemplo, com base no Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que o irmão que caísse em pobreza ou ficasse doente/invalído era socorrido pelo procurador da mesa”. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, p.32).

Submetidas às jurisdições religiosas e seculares, as irmandades de obrigação eram guiadas por normas estabelecidas pelos próprios integrantes dessa irmandade. “Suas contas, anotadas em livros internos próprios, entretanto, eram submetidas às autoridades. Já as irmandades de devoção eram isentas dessas formalidades e, frequentemente, tinham curta duração”. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, p.32-33).

As irmandades, em geral, funcionavam como uma forma de diminuir as diferenças sociais, buscando conservar a tranquilidade e a subordinação necessária entre os povos. Composta por comerciantes, funcionários graduados, militares, intelectuais e negros, era considerada, segundo as pesquisadoras, um dos “poucos meios de expressão cultural, étnica e social de seus membros”. (p.34). Além disso, para documentar as

informações, as irmandades precisavam de pessoas alfabetizadas, católicas e livres, “para redigir os termos da mesa, as petições, os lançamentos contábeis nos livros de receita e despesa”. (DUCHOWNY; COELHO, 2013, p.36).

Segundo Villalta (*apud* DUCHOWNY E COELHO, 2013), a escrita e a leitura eram ações restritas “às pessoas do sexo masculino, brancas, livres e pertencentes às camadas proprietárias”. (p.38). Como uma forma de controle, o documento denominado “estatuto” ou “compromisso” em relação à fundação da irmandade era analisado pelo Bispo necessitando assim de sua aprovação.

Esse controle faz com que as irmandades guardem cuidadosamente seus livros, contribuindo para a preservação de um grande número deles até os dias de hoje. Boschi assegura que a leitura dos compromissos “torna-se a fonte mais rica para o estudo das formas e mecanismos de controle exercidos pela Coroa e pelos bispados sobre a irmandade”.(BOSCHI, *apud* DUCHOWNY e COELHO,2013, p.37).

Também com um riquíssimo valor histórico e linguístico, mesmo sem ter certeza da autoria desses documentos, segundo as pesquisadoras, valeremo-nos desses estatutos como uma mostra pretérita da língua para a realização da nossa pesquisa em relação ao uso do “mesmo” como elemento anafórico.

3.2 Apresentação e análise dos corpora

Nesse tópico, para darmos prosseguimento ao estudo do processo referencial como uma estratégia de construção de sentido para o texto, principalmente em relação à anáfora, verificaremos nos dados coletados se o uso do pronome “mesmo”, como elemento anafórico, é uma criação de falantes do português brasileiro atual ou se se trata de um uso antigo que permaneceu na língua e vem se propagando até os dias atuais.

3.2.1 Dados do PB contemporâneo: REDS

Em relação ao português contemporâneo, coletamos várias narrativas correspondente ao campo da ocorrência denominado “histórico”, presentes no gênero textual boletim de ocorrência, sendo denominado nessa pesquisa como **REDS**- Registro de Eventos de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Em seguida, separamos todas as ocorrências de “MESMO” procurando ver se o pronome possui valor referencial

anafórico. Em seguida, as estruturas que não possuíam o valor anafórico foram descartadas, conforme veremos nas seguintes análises das estruturas que apresentam o item “o mesmo” com valor anafórico:

01) REDS 001/2000

A Sra. Maria vem a esta unidade policial a fim de noticiar os seguintes fatos: que em novembro do ano 2000 foi vítima de um furto na qual lhe tomaram um talão de cheques referente a uma conta do Banco do Brasil. Que na época registrou o boletim de ocorrência e com **o mesmo** procedeu o bloqueio dos cheques junto a sua agência. Que recentemente ao consultar seu nome no cadastro do Serasa, verificou que seu nome constava na lista de devedores daquele órgão e que seu débito seria referente a cheques sem fundo do Banco do Brasil. Que de imediato constatou a irregularidade, visto a mais de cinco anos não é mais cliente do respectivo banco. Que então entrou em contato com sua antiga agência do Banco do Brasil e ali descobriu que não havia o registro da autuação do seu talão de cheques que na época foi furtado. A representante reafirma que utilização de seus cheques é totalmente irregular devido ao grande espaço de tempo que não é mais cliente do banco citado. Diante do exposto solicita o registro.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 001 correspondente ao ano 2000, século XX, percebe-se que há uma relação correferencial do termo anafórico “**o mesmo**” retomando o objeto de discurso “boletim de ocorrência” já expresso anteriormente. Logo, o termo “O MESMO” funciona como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

02) REDS 002/2000

O solicitante alega que teve o seu veículo furtado na data de 05/08/2000 e que **o mesmo** foi localizado por ele proprio quatro dias depois da data do furto. Contudo, esclarece que a época dos fatos, não compareceu na delegacia para retirar o impedimento de furto do seu veículo. informa que tal veículo encontrava-se em disputa judicial e que somente agora foi liberado para fazer a sua transferência.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 002 correspondente ao ano 2000, século XX, percebe-se que o elemento “**o mesmo**” faz menção a expressão anterior “o seu veículo”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**o mesmo**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

03) REDS 003/2000

Aqui comparece para expor os seguintes fatos: que em meados do mês de janeiro do ano 2000, sua moto foi furtada no interior da garagem do prédio onde **o mesmo** reside, sendo que não foi feita na época a ocorrência uma vez que estava trabalhando em outro estado. Diante do acima exposto solicita providências.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 003 correspondente ao ano 2000, século XX, percebe-se que o elemento “**o mesmo**” em negrito, se refere a algum objeto de discurso que se encontra implícito, dependendo assim da compreensão de todo o contexto do boletim de ocorrência para encontrar a âncora do elemento anafórico “o mesmo”. Dessa forma, o elemento “o mesmo” funciona como anáfora indireta fazendo remissão por meio interpretativo ao objeto de discurso “vítima”, conforme Marcuschi (2005).

04) REDS 004/2000

Que comparece a esta especializada afim de expor o seguinte fato. Que em data de 19/01/2002, por volta de 19.00hs. O local de rua pau brasil, Bairro Floramar, a PM encontrou seu veículo de placas gou-8799, que havia sido furtado em data de 18/01/2002. Porém segundo o representante não sabia que teria que voltar a esta especializada para retirada do impedimento de furto, portanto consta até o momento o referido impedimento e requer a retirada **do mesmo**. mais nada a expor pede providências.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 004 correspondente ao ano 2000, século XX, percebe-se que o elemento “**do mesmo**” reativa o objeto de discurso “o

referido impedimento” já expresso anteriormente. Nesse processo, “**do mesmo**” trata-se de uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

05) REDS 005/2000

No local segundo a vitima Sra Daniela ao procurar *o Sr João* que e seu vizinho para reclamar sobre a construcao de uma viga que **o mesmo** estaria construindo em sua residencia e que estaria danificando o seu muro de sua casa,desentendeu-se com **o mesmo** vindo a ser agredida com um soco no rosto lado esquerdo. Diante da situacao, o autor gilberto que e seu filho em sua defesa agrediu o sr joão com socos vindo a quebrar um dente. Diante do fato estando as partes exaltadas no local, fizemos a conducao de ambas a vossa presenca para as providencias cabiveis.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 005 correspondente ao ano 2000, século XX, percebe-se que o elemento “**o mesmo**” em negrito aparece duas vezes no histórico, estabelecendo uma relação coesiva com o objeto de discurso em itálico “*Sr João*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**o mesmo**” funciona como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

Vale destacar a pronominalização com o uso do elemento “**o mesmo**” em relação ao elemento co-textual “*Sr João*”, responsáveis pela progressão referencial do texto, conforme Koch e Elias (2006).

06) REDS 006/2001

Comparece a esta Delegacia de Policia a representante legal da menor *júlia* para informar que **a mesma** na data do fato ao transitar pelo local supra mencionado, percebeu que sua *mochila* estava aberta e os itens descritos anteriormente foram subtraídos de dentro **da mesma**. Diante do exposto solicita registro

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 006 correspondente ao ano 2001, século XXI, percebe-se que o elemento anafórico “**a mesma**” em negrito aparece no histórico recategorizando o objeto de discurso em itálico “*júlia*”, e, em sequência, o elemento anafórico “**da mesma**”, retomando o objeto de discurso em itálico “*mochila*”.

Ambos elementos anafóricos presentes no exemplo funcionam como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

07) REDS 007/2014

Conforme agenda operacional realizamos patrulha escolar no local descrito onde são realizados cursos profissionalizantes, sendo feito contato com a Sra. Paula Soares diretora da entidade foram repassadas dicas de segurança em que **a mesma** ficou agradecida com nossa atuação. Sendo registrado bos n 789.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 007 correspondente ao ano 2014, século XXI, ocorre a transformação da proposição “a Sra. Paula Soares diretora da entidade” no objeto de discurso “**a mesma**”. Logo, “a mesma” é uma expressão anafórica por nominalização, rotulação ou encapsulamento, conforme Koch e Elias (2006).

08) REDS 008/2020

Durante fiscalização de trânsito no local retro qualificado, abordamos o passageiro da motocicleta honda/cg, cor preta, placa JDS-7034 e ao realizar busca pessoal, foi encontrado com **o mesm** um cigarro de uma substância análoga a maconha. diante do exposto foram tomadas as medidas cabíveis e o envolvido 01 ficou ciente quanto aos procedimentos. **o mesmo** se comprometeu a comparecer ao jecrim desta comarca assim que for notificado. Segue anexo 01 cigarro de substância análoga a maconha e termo de compromisso e ciência de audiência preliminar ..

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 008 correspondente ao ano 2020, século XXI, percebe-se um caso de anáfora por nominalização ou rotulação em que os elementos “**o mesm**” e “**o mesmo**” em negrito destacados no histórico recategorizam os objetos de discurso que se apresentam na forma da proposição “o passageiro da motocicleta honda/cg, cor preta”, conforme Koch e Elias (2006).

Vale destacar a pronominalização com o uso do “**o mesm**” e “**o mesmo**” em relação ao elemento co-textual “*o passageiro da motocicleta honda/cg, cor preta*”, responsáveis pela progressão referencial do texto, conforme Koch e Elias (2006).

09) REDS 009/2007

Que estacionou *seu veiculo* na porta de sua residencia, par almocar, quando retornou, **o mesm** tinha sid furtado, nao tem suspeito.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 009 correspondente ao ano 2007, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesm**” em negrito se refere de formadireta ao objeto de discurso “*veículo*”, tratando-se o uso do “**o mesm**” como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

10) REDS 010/2008

Solicitados, comparecemos a rua Z, 27 onde segundo a solicitante *Fátima*, alegou-nos que a sua tia *Sr Roseane Campos* proprietaria da casa estava vijando e que por volta das 06:00hs desta data o vizinho viu que a casa estava sendo incediada, **a mesma** apos tomar conhecimento do fato chamou os bombeiros, onde compareceu ao local o Ten Marcos cmt da viatura ac 343 do corpo de bombeiros que relatou-nos que o incendio era criminoso e a porta da cozinha estava arrombada e que segundo a solicitante , do interior da casa foi furtado *um som e um aparelho de dvd* nao sabendo descrever a marca **dos mesmos** , os moveis e eletros domesticos da casa foram totalmente destruidos sendo **a mesm** interdita pelos bombeiros com risco de desabamento, ficando a solitante orientada . A solicitante alegou nao ter nenhum suspeito.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“a mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 010 correspondente ao ano 2008, século XXI, percebe-se que o elemento “**a mesma**” faz menção de forma direta ao objeto de discurso “*Fátima*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**a mesma**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud,

KOCH, 2005). Logo a seguir, no histórico, o elemento “**dos mesmos**” recategoriza os objetos de discurso apresentados em forma de uma proposição “*um som e um aparelho de dvd*”, sendo nesse caso uma anáfora por nomeação ou rotulação, conforme Koch e Elias (2006).

11) REDS 011/2007

Comparece a esta depol, *a vítima* para relatar que na data descrita **a mesma** se encontrava viajando e ao retornar a vítima verificou que *sua residência* havia sido furtada, sendo quebrada a janela do quarto de seu filho. **Da mesm** foi subtraída um aparelho de dvd da marca philcon/ mp3 e um isqueiro em ouro, não sabendo também se foi subtraído outros objetos. *A vítima* relata que o seu pai dormia em sua residência dia sim dia não e que o furto ocorreu em data em que o pai **da mesma** não se encontrava e que sua empregada doméstica estava também em sua residência mas que a vítima suspeita e de um indivíduo de nome Paulo que trabalhava em sua residência retirando brita que reside na rua M bairro novo horizonte e que sua residência da fundo para banqueta onde ali tem indivíduos usuários de droga e que obteve informações que este indivíduo paulo e também usuário.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“Da mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 011 correspondente ao ano 2007, século XXI, percebe-se que o elemento anafórico “**a mesma**” repete o objeto de discurso em itálico “*vítima*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**a mesma**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005). Outro elemento anafórico “**da mesma**” faz menção de forma direta ao objeto de discurso “*sua residência*”, funcionando tal elemento como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005). Outro elemento anafórico “**Da mesma**”, também faz menção direta ao objeto de discurso “*vítima*”, funcionando uma como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

Vale destacar a pronominalização com o uso do elemento “**a mesma**” e “**da mesma**” em relação ao elemento co-textual “*vítima*”, responsáveis pela progressão referencial do texto, conforme Koch e Elias (2006).

12) REDS 012/2011

No local a guarnição se deparou com um animal da raça pitbul solto no quintal de sua residência, onde a solicitante haveria informado ao telefonista que o animal estava com o pescoco preso na grade, mas ao avaliar tal solicitação foi constatado que **o mesm o já** se encontrava solto. Onde a guarnicao retornou ao local de origem sem alteracao.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm o” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 0012 correspondente ao ano 2011, século XXI, percebe-se um caso de anáfora por nomeação ou rotulação, em que o elemento “**o mesm o**” em negrito destacado no histórico recategoriza o objeto de discurso que se apresenta em forma de uma proposição “um animal da raça pitbul”, conforme Koch e Elias (2006).

13) REDS 013/2014

Nesta data, a vítima adentrou a pi deste pelotão alegando que havia sido ofendida em seu mid por uma picada de escorpião. Apos aph e devido posicionamento no interior da vtr. **a mesma** foi conduzida para unidade hospitalar

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 013 correspondente ao ano 2014, século XXI, percebe-se que o elemento “**a mesma**” em negrito destacado no histórico recategoriza de forma direta o objeto de discurso em itálico “a vítima”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**a mesma**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

15) REDS 015/2009

No local tratava-se de icendio em lote vago sendo queimada uma área de aprox 300m2. Foi armada uma linha reta e **o mesm** debelado. gasto aprox 2000l agua

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 015 correspondente ao ano 2009, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesm**” em negrito destacado no histórico refere-se de forma direta ao objeto de discurso em itálico “*icendio*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**o mesm**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

16) REDS 016/2012

Tratava-se de uma arvore de grande porte, com uma infestacao de cupim no tronco, com utilizacao de motosserra e talha tifor foi feito o corte **da mesm**.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“da mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 016 correspondente ao ano 2012, século XXI, percebe-se um caso de anáfora por nomeação ou rotulação, de acordo com Koch e Elias (2006), em que o elemento “**da mesm**” em negrito destacado no histórico sumariza os objetos de discurso que se apresentam em forma de uma proposição “uma arvore de grande porte, com uma infestacao de cupim no tronco”.

17) REDS 017/2013

Comparece nesta depol, para informar que pessoas nao identificadas estao usando o numero de seu cpf, para realizarem comparas na cidade de belo horizonte, que **a mesm** so tomou conhecimento dos fatos quando recebeu tres faturas no valor de ii75,00 cada uma.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“a mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 017 correspondente ao ano 2013, século XXI, percebe-se que o elemento “**a mesm**” em negrito refere-se a algum objeto de discurso que encontra-se implícito, dependendo assim da compreensão de todo o contexto do boletim de ocorrência para encontrar a âncora do elemento anafórico “**a mesm**”. Dessa forma, o elemento “**a mesm**” funciona como anáfora indireta fazendo

remissão por meio interpretativo ao objeto de discurso “VÍTIMA”, segundo MARCUSCHI, 2005.

18) REDS 018/2015

Senhora delegada, comparece a esta unidade policial a vítima, *Joaquim Moura*, dizendo que foi vítima de um golpe financeiro. De acordo com **o mesm** alguém falsificou um cheque do Banco Mercado em seu nome e fez uma compra de 04 pneus em uma loja chamada pneus, situada no Jardim Brasil. De acordo com a vítima, nunca teve conta *no Banco Mercado*, nunca depositou dinheiro algum **no mesmo** e nunca efetuou algum tipo de cadastro junto ao banco; a vítima afirma que o cheque nunca existiu e é falso. Foi orientado a comparecer ao juizado especial para demais providências e está ciente de que a polícia civil tomará frente da área criminal. Ressalto que a vítima, possui uma cópia do cheque falso, que foi dado na compra, que conseguiu na loja que vendeu o pneus (que também é vítima). Diante o exposto encaminho para cabíveis providências

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 018 correspondente ao ano 2015, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesm**” em negrito destacado no histórico refere-se de forma direta ao objeto de discurso em itálico “*Joaquim Moura*”. Dessa forma, o termo anafórico “**o mesm**” funciona como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005). A seguir apresenta-se outro elemento “**no mesmo**” funcionando como uma anáfora por nomeação ou rotulação recategorizando o objeto de discurso que se apresenta em forma de proposição “*Banco Mercado*”, conforme Koch e Elias (2006).

19) REDS 019/2013

Atendendo solicitação comparecemos ao endereço citado para combater um incêndio em *um veículo* que estava parado no acostamento da rodovia. segundo o *condutor o mesm o* incendiou-se enquanto se locomovia tendo **o mesmo** saído do veículo quando começou a pegar fogo. Com o uso do mangotinho utilizamos aproximadamente 500 litros de água.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm o” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 019 correspondente ao ano 2013, século XXI, percebe-se que o primeiro elemento “**o mesm o**” em negrito destacado refere-se ao objeto de discurso em itálico “*veículo*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**o mesm o**” funciona como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005). Em seguida, outro elemento “**o mesmo**” apresenta-se reativando o objeto “condutor”, funcionando também como anáfora direta, também conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

20) REDS 020/2007

Empenhados pelo COPOM comparecemos ao local onde de acoro com o solicitante ao abrir *sua loja*, constatou que **a mesm** havia sido arrombada. Apos conferir toda a mercadoria o poprietario verificou que estava faltando o material citado anteriormente. Fizemos contato na vizinhanca mas contudo nao foi possivel localzar os autores do arrombamento nem suspeitos. No lote ao lado foi encontrado uma sacola c/ 20 blusas e cinco calcas, uma caixa c/ 30 calcas jeans e duas caixas de som toshiba. Diante do exposto passo a vossas maos para futuras providencias.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“a mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 020 correspondente ao ano 2007, século XXI, percebe-se que o primeiro elemento “**a mesm**” em negrito destacado no histórico recategoriza de forma direta o objeto de discurso em itálico “*sua loja*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, o elemento “**a mesm**” funciona como anáfora direta, conforme Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

21) REDS 021/2005

Que **a mesm** teve sua carteira de trabalho extraviada

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“a mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 021 correspondente ao ano 2005, século XXI, percebe-se que o elemento “**a mesm**” em negrito se refere a algum objeto de discurso que se encontra implícito, dependendo assim da compreensão de todo o contexto do boletim de ocorrência para encontrar a âncora do elemento anafórico “a mesm”. Dessa forma, o elemento “**a mesm**” funciona como anáfora indireta, conforme Marcuschi (2005), fazendo remissão por meio interpretativo ao objeto de discurso “vítima”.

22) REDS 022/2011

Em contato com a vitima esta teve a residencia arrombada sendo estourado tres cadeados e furtado do interior da casa um radio toca fitas e toca cd da marca britania e um pacote de carne que estava na geladeira.suspeita da autoria de tres individuos sendo juca e leandro vizinhos da vitima e do marcos morador da rua 16 **do mesm bairro**. Os quais nao foram localizados,registro para providencias cabiveis.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“do mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 022 correspondente ao ano 2011, século XXI, percebe-se que o elemento “**do mesm bairro**” em negrito se refere a algum objeto de discurso que se encontra implícito, dependendo assim da compreensão de todo o contexto do boletim de ocorrência para encontrar a âncora do elemento anafórico “**do mesm bairro**”. Dessa forma, o elemento “**do mesm bairro**” funciona como anáfora indireta, conforme Marcuschi (2005), fazendo remissão por meio interpretativo ao objeto de discurso “do mesmo bairro da vítima”.

023) REDS 023/2013

Foi necessário o deslocamento até o local citado para tirar fotos **do mesm,o** com a finalidade de ser integrado no relatório de gráfico de índice de afogamento

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“do mesm,o” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 023 correspondente ao ano 2013, século XXI, percebe-se que o elemento “**do mesm,o**” em negrito se refere ao objeto de discurso “o local” de forma direta. Nesse caso, temos uma anáfora direta, conforme Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005).

024) REDS 024/2020

Em decorrência do boletim de ocorrência nr 00000-000, descolamos até o endereço da Sra Marcela, com o intuito de apresentá-la e oferecer o serviço de prevenção a violência doméstica. Em contato com Márcia, esta nos informou que era noiva do autor Jonas e tinha um relacionamento de 4 anos com ele, porém que este teria sido o primeiro episódio e que ela já teria se separado dele e não teria interesse em voltar. Marcela foi orientada a representar o REDS e tomar todas as providências e se necessário fosse solicitar a medida protetiva. Contudo, Marcela disse que não havia necessidade por enquanto, pois depois do registro da ocorrência jonas não havia a procurado mais e se recusou a ser inserida no serviço **pelo mesmo** motivo

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 024 correspondente ao ano 2020, século XXI, percebe-se que o elemento “**pelo mesmo**” em negrito sumariza os objetos de discurso em forma da proposição “depois do registro da ocorrência Jonas não havia a procurado mais”. Portanto, o uso do elemento “**pelo mesmo**” funciona como uma anáfora por nominalização ou encapsuladora, conforme Koch e Elias (2006).

025) REDS 025/2021

Nesta data compareceu nesta unidade de polícia, Sr Paulo Sérgio, funcionario de empresa ambiental **mesmo** alega que colocou no endereço do fato 06 armadilhas sendo 05 tipo funil, e 01 uma dfo tipo gaiola sendo autoridas pelo órgão pra monitoramneto de fauna na mina X cituada em cidade Z local zona rural cep 90. Porem ensta data **o mesm o** quando retornou no local para verificação ambiental observou que sua armadilhas havian sido furtadas no local do fato, chegando o valor de 370 reais em dinheiro com prejuizo dos materiais subtraido. Registro para devido fins.

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 025 correspondente ao ano 2021, século XXI, percebe-se que o uso do “**o mesmo**” e “**o mesmo**” em negrito recategoriza

de forma direta o objeto de discurso em itálico “*Sr Paulo Sérgio*”. De acordo com o referencial teórico desse estudo, os elementos “**o mesmo**” e “**o mesmo**” funcionam como uma anáfora direta, conforme Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005).

026) REDS 026/2020

No local vtr deparou com acidente de moto, segundo as testemunhas **o mesm** cai da propria altura ao passar o sinal . Logo em seguida chegou o samu para o atendimento

FONTE:REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) - (“o mesm” grifo do narrador da ocorrência).

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 026 correspondente ao ano 2020, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesm**” em negrito faz referencia a algum objeto de discurso que se encontra implícito, dependendo assim da compreensão de todo o contexto do boletim de ocorrência para encontrar a âncora do elemento anafórico “**o mesm**”. Dessa forma, o elemento “**o mesm**” funciona como anáfora indireta, conforme Marcuschi (2005), fazendo remissão ao objeto de discurso “condutor da moto”.

027)REDS 027/2019

Compareceu a este posto de registro a solicitante *Ana Paula* relatando-me que ao lado de sua residencia funciona *um bar* e constantemente **o mesmo** esta causando a intranquilidade **da mesma** com diversos barulhos que estão incomodando e muito a tranquilidade da solicitante. A mesm arelata que no ano de 0001 fez uma denuncia formal a prefeitura Z , Porém não obteve solução ao caso e agora necessita novamente de providencias ao fato. A solicitante foi devidamente orientada

FONTE: REDS - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) – grifos nossos.

Na narrativa do campo “histórico” do REDS 027 correspondente ao ano 2019, século XXI, percebe-se que o elemento “**o mesmo**” faz referência de forma direta ao objeto de discurso “*um bar*” e o elemento “**DA MESMA**” remete a palavra “**Ana Paula**”. Ambos os elementos referenciais funcionam como anáfora direta, segundo Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005).

Podemos verificar, após a análise dos 27 dados referentes aos históricos do REDS, que os casos de referência anafórica são: 16 casos com anáfora direta, 5 casos

com anáfora indireta e 6 casos de anáfora por nominalização. Dessa forma, a maioria dos casos dos documentos referentes ao Português Brasileiro contemporâneo do século XX e XXI apresenta o uso da anáfora direta.

3.2.2 Dados da língua portuguesa do século XVIII: Termos de Devassa

Em relação ao português do século XVIII, coletamos vários fragmentos correspondentes aos Termos de Devassa. Os documentos foram extraídos da pesquisa **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas** realizada em 2013, pelas organizadoras Aléxia Teles Duchowny e Sueli Maria Coelho. Os manuscritos correspondem ao ano de 1750 e compõem o volume I da pesquisa.

Em seguida, separamos todas as ocorrências de “MESMO” procurando ver se o pronome possui valor referencial anafórico. Em seguida, as estruturas que não possuíam o valor anafórico foram descartadas. Veremos, nas seguintes análises, as estruturas que apresentam o item “o mesmo” com valor anafórico:

Termos de Devassa. Volume 1. [fól.8v]. p.37.

Aos sinco dias domes deSetembro demil eseteCentos | esinco enta annos neste aRaal deNossa Senhora | daConceição emCazas depouzada doMuinto Reveren |doDoutor Vezitador Miguel deCarvalho Almeida | eMatos apareseu presente Maria Pinheira de Jezus preta forra denação angolla emoradora em Batista [g]ago oqual dito Reverendo Doutor vezita | dor ademoestou emoprimeiro Lasso de Comcubinado | naforma doSagrado Concillio Terdentino que | detodo seapartasse dailicita Comonicação que tem Com Domingos Fernandes morador **nomesmo Ba | tista [g]ago** que Comelle não trate nem Conversese | empublico ouSeCreto nementre em sua Caza de |lla nem oConcinta nasua nem lhemande da | divas nempresentes nemRecados effassa SeSarde |todo oesCandallo deSeu pecado Conciderando [omani] | festo pri go quepoem asuaSalvação perseveran | do emtão mizaravel estado ComCominação deser | com major Rigor Castigada esensurada aman | dou que[no] termo detres dias quelherepart[o] pellas | [inint.] Canonicas [a]demoes[inint.] [hua] para [inint.] | [inint.] foradaCaza dodito Domingos Fernan | des deque[inint.] [inint.] [inint.] Culpa ep[e]r \ meteu imenda foi Condenada em [duas] oitavas | easinou ComSuaCrus por não saber Ler Enem....

FONTE : Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: No trecho do termo de devassa do dia cinco de setembro de 1750, correspondente ao século XVIII, o grupo nominal “**nomesmo Batista [g]ago**” sumariza as informações referentes ao objeto de discurso anterior “Maria Pinheira de Jezus” e emoradora em Batista [g]ago, tratando-se assim de uma anáfora por nominalização,

rotulação ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2005). Dessa maneira, compreendemos que a localidade onde Domingos mora é a mesma localidade de Maria.

Termos de Devassa. Volume 1. [fól.14v]. p.61.

Aos honze dias domes domes desetembro demil ese | te centos esincoenta annos neste aRaal de Santo |Antonio da tapera emCazas depouzada do Muinto Re |verendo Doutor vezitador Miguel deCarvalho Al |meida eMatos apareceu presente Monica daAssun /cão Crioula forra emoradora noaRaal dos Corgos note |ficada asua Ordem pella Culpa que lhe Rezultouadevassa |davezita que setirou nodito aRaal odito Reverendo Dou |tor vezitador aadmoestou emprimeiro Lasso deConcu |binada na forma doSagrado Concilio Terdentinoque |detodo Largasse aiLicita Comonicação que tem Com João /Duarte Torres morador **nomesmo aRaal** que Comelle não | Conversse empublico ou secreto nem trate nem entre | em Caza delle nem o Co[mc]inta nasua nem lhe mande | dadivas nem Recados nem presentes efasta detodo SeSar |oesCandallo doseu pecado conciderando as ofensas que

FONTE : Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: No trecho do termo de devassa do dia onze de setembro de 1750, correspondente ao século XVIII, a expressão nominal “**nomesmo aRaal**” sumariza as informações referentes ao objeto de discurso anterior “Monica daAssunção” e “emoradora noaRaal dos Corgos”, tratando-se assim de uma anáfora por nominalização, rotulação ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2006). Dessa maneira, compreendemos que a localidade onde João Duarte Torres reside é a mesma localidade de Monica

Termos de Devassa. Volume 1. [fól.23r]. p.95.

Aopermeiro dia domes de Setembro <oitubro> demil esetecentos | esincoenta annos |neste aRaal doTejuco emCazas de | pouzada doMuinto Reverendo doutor vezitador Miguel | deCarvalho Almeida apareseupresente Francisco /Joze /Viandante/ equealgvas vezes asiste noaRaal /deSam Goncallo notificado aSua Ordem pella Culpa que lheRezultou adevassa davezita que seti |rou nodito aRaal eodito Reverendo Doutor oadmo | estou emprimeiro Lasso deConcubinato naforma | doSagrado Concilio Terdentino para quedetodo | Largasse a i Licita Comonicação que tem ComMaria | que assisteemCaza de hua Antonia apaneleiramo | radoranomesmo aRaal para que Com ella não trate | nem Va asua Caza delle nem aConcinta aonde quer |que estiver nem Conversse empublico nemsacreto |nem lhe mande Recados nem dadivas nemprezentes efasta detodo SeSar oesCandallo doseu pecado | Conciderando as ofensas que fas aDeos nosso Senhor | eogravessissimo prigo aque expoema suasalva | cão perseverando emtão mizaravel estado Com | cominação deser Commajor Rigor Castigado esen |surado Confessou aCulpa epermeteu imenda foi |condenado em duas oitavas epara

Constar fis este |Termo esesainou ComoReverendo Doutor vezita |dor eeu oPadreAntonioSoares FreyreScretario |< pago> davezita que oesCrevy....

FONTE:Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: No trecho do termo de devassa do dia um de setembro ou outubro de 1750, correspondente ao século XVIII, a expressão nominal “**nomesmo aRaal**” sumariza o que foi dito anteriormente “*FranciscoJoze [Viandante]*” e “*asiste noaRaaldeSam Goncallo*”, tratando-se assim de uma anáfora por nominalização, rotulação ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2006). Dessa maneira, compreendemos que a localidade onde Maria e Antonia moram é a mesma localidade de FranciscoJoze.

Termos de Devassa. Volume 1. [fól.24r]. p.99.

Aos tres dias domes de outubro demil e setecentos | e sincoenta annos neste aRaal do Tijuco emCazas | depouzada doMuinto Reverendo Doutor vezitador | Miguel deCarvalho Almeida eMattos apareseu | presente *Manoel Rodrigues Viejramador noaRaal desamgoncalo* notificado asua Ordem pe |lla Culpa que lhe Rezultou a devassa da vezita que |Setirou nodito aRaal eodito Reverendo Doutor |vezitador ademoestou emprimeiro Lasso deCon |cubinato naforma doSagrado Concilio Terden tino para que detodo Largasse aiLicita Comonica |cãoquetem Com *Jozefa Luiza deFaria* morado |ra **nomesmo aRaal** que Comella não trate nem |Comversese empublico ouSacreto nem Va aCaza de |lla nem aConcinta nasua nem lhemande Recados |nem dadivas nemprezentes efaça detodo SeSar |oesCandalo doseu pecado Concliderando nas ofensas |que faz aDeos nosso Senhor eogravessissimo prigo |aque expoem asua Salvacão Comcominacão de |Ser Com major Rigor Castigado esenSurado perSe |verando emtão mizaravel estado Confessou aCul |pa epermeteu imenda efoi Condenado em duas oitavas eSesainou ComoReverendo Doutor vezita |dor eeu oPadre Antonio Soares Freyre Sacreta

FONTE:Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: No trecho do termo de devassa do dia três de outubro de 1750, correspondente ao século XVIII, a expressão nominal “**nomesmo aRaal**” sumariza as informações referentes ao objeto de discurso anterior “*Manoel Rodrigues Viejramador noaRaal desamgoncalo*”, tratando-se assim de uma anáfora por nominalização, rotulação ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2006). Dessa maneira, compreendemos que a localidade onde Jozefa mora é a mesma localidade de Manuel.

Após fazermos a análise desses 4 fragmentos antigos dos Termos de Devassa em língua portuguesa, verificamos a anáfora de nominalização, rotulação ou encapsulamento.

3.2.3 Dados da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX: Estatutos de Irmandades

Nesse item, tratamos dos Estatutos de Irmandades, correspondentes ao século XVIII e XIX, extraídos da pesquisa **Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas**, realizada em 2013 pelas organizadoras Alécia Teles Duchowny e Sueli Maria Coelho. Os manuscritos correspondem ao volume II da pesquisa.

Em seguida, separamos todas as ocorrências de “MESMO” procurando ver se o pronome possui valor referencial anafórico. Em seguida, as estruturas que não possuíam o valor anafórico foram descartadas. Veremos, nas seguintes análises, as estruturas que apresentam o item “o mesmo” com valor anafórico:

01) Estatutos da Ordem Terceira de São Francisco (1778). Volume 2. [fól.28r]. p.109.

Sendo ocazo de grande ponderação, edosque senão podem deci- | dir com acerto nobreve
 expaço de huma Meza, mandará esta exa- | minar portodos osvogaes, edando cada huma
 seuparecer porescrito, | o entregará ao Secretario, o qual propondo em Meza, setomará
 nel- | la a Resolução mais propria, sem haver mais appelação, ou em- | bargos
 dequalidade alguma, salvo para o Superior, como asimafi= | ca apontado. [espaço] Como
 a Meza hé acabeça desta Venerável ordem, ena- | da se pode obrar, sem asua decizão,
amesma pertence dirigir tu- | do a termos do aumento da Ordem, e fazer que os Irmãos.
 Secretrário, | Procurador, Sindico, Zelladores, | nfermeiros, emais Irmãos

FONTE : Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco do ano de 1778, verificamos a presença do elemento “**amesma**” recategorizando a proposição “*Como a Meza hé acabeça desta Venerável ordem*”. Dessa forma, o elemento “**amesma**” trata-se de uma anáfora por nominalização ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2006). Nesse dado, percebemos que a decisão em dirigir tudo a termos pertence à Mesa que é considerada a cabeça da Venerável Ordem.

02) Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1782), Capítulo 13 (procedimentos em caso de morte de um irmão). Volume 2. [fól.16v]. p.241.

Falecendo qual quer Ir= |mão, a nossa Irmandade hirá buscalo para enterrar, equerendo o dito Irmão en terrar-se na *nossa Igreja*, **namesma** se dará Sepul-|tura aqual em tal cazo será independente da fabrica da Ma |triz, sem que já mais os Vizitadores /1/ tenham jurisdição em pro-|hibir semelhantes Sepulturas, e nem o Fabriqueiro possa pedir esti= pendio algum para a fabrica da Matriz, pellos Irmaons que na nossa |Igreja se interrarem ficando deste modo izenta a nossa Irmandade doz Vizitadores, e Paroco, esó sugeita ao Provedor das Capellas, e Reziduo z

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês do ano de 1782, verificamos a presença do elemento “**namesma**” retomando de forma direta o objeto de discurso “*nossa Igreja*”. Logo, “**na mesma**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

03) Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778), Capítulo 6 (datas e horários da ração, da comunhão e da confissão). Volume 2. [fól.11r]. p.47.

Hé costume mui pio, elouvavel praticado, erecebido em todas |as partes do mundo, e principalmente deste Reino, em que esta Santa |Ordem setem estabelecido, haver communhaõ Geral em todos os- |segundos domingos decada me z, aque chamamos da Razoura, |en a primeira oitava de Natal, e Ressurreiçam, Espirito Santo, |Porciuncula, e outras mais festividades, que aponta a Palestra | da Penitencia, e assim nós conformandonos com tam Santa obser |vancia, queremos que nesta ordem se pratique **omesmo**, sem falen- / cia, mudança, ou dispensaçam alguma, e terá onosso Irmam | Vigario do Culto Divinno, particular cuidado, e zello depôr |na Festividade do Natal, o menino Iezus deitado sobre o al-|tar Mor, com a mayor descencia, e asseyo, quel he for possível.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco do ano de 1778, verificamos a presença do elemento “**omesmo**” recategorizando a proposição “haver communhaõ Geral em todos os- |segundos domingos decada me z, aque chamamos da Razoura, en a primeira oitava de Natal, e Ressurreiçam,

Espirito Santo, Porciuncula, eoutras mais festividades”. Dessa forma, o elemento “**omesmo**” trata-se de uma anáfora por nominalização ou encapsulamento, conforme Koch e Elias (2006). Nesse dado, percebemos que a Santa Ordem é uma imposição para que façam algumas festividades religiosas, praticadas em todo o mundo, como a comunhão em todos os segundos domingos de cada mês, por exemplo.

04) Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1782), Capítulo 1 (obrigações dos membros da irmandade). Volume 2. [fól.3r]. p.329.

AosdozeIrmaões |deMeza, que como Ofeciaes hão deServir *aIrmandade*, devem |ser eleitos **pela mesma**, Votando-se hum, ehum até SeCompleta-|rem doze daqueles demais capacidade, edosque mais Votos tiverem |serão eleitos; equando porjusto impedimento não posão algunz | destes exercer atal ocupação, o Juiz, emais Officiais farão el-|leição emoutro queSupra aquele lugar, eSeram obrigados |os ditos Irmaões deMeza, naõSó aasestirem emodia da festa | aMissa comsuas Opas, etoxas aCezas, maz tambem emos dias festivos, como nosdeNossaSenhora, que principiaõ desde |odia dois deFevereiro ate oito deDezembro, nasfestas princi=| pais do Nascimento de Christo, Pascoa, eSpiritoSanto; epara |as Missas doSabado aSistiraõ dois Irmãos, os quaes nomeará |aMeza.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do ano de 1782, verificamos a presença do elemento “**pela mesma**” retomando de forma direta o objeto de discurso “*aIrmandade*”. Logo, “**pela mesma**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

05) Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1783), Capítulo XIX (outras competências do procurador). Volume 2. [p.14]. p.403.

Nã^o₂₇ *acompanhará esta Irmandade* Procissão alguma, |onde não for o S[a]ntissimo S[a]cramento; e sendo as-|sim, irá o Provedor atrás do [Pa]llio com vara.²⁸ **Da |mesma fôrma** não [...*irá*], por maior esmola que se |prometta, acompanhar defunto algum, que não for Irmão, ex- | [ce]pto as pessoas mencionadas no Capitulo XII.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) - grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Compromisso da Irmandade do Santissimo Sacramento do ano de 1783, verificamos a presença do elemento “**Da mesma fôrma**” resumindo a proposição expressando a orientação “*Nã*^o₂₇ *acompanhará esta Irmandade*”. Dessa forma, o elemento “**Da mesma fôrma**” trata-se

de uma anáfora por nominalização ou encapsulamento, segundo Koch e Elias (2006), em que é Possi

vel ver uma semelhança ao que é visto, usualmente, nos registros dos Termos de Devassa. Nesse trecho percebemos que a decisão determina é que a Irmandade não acompanhe defunto algum.

06) Reforma do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1782 a 1909), Capítulo IV (Cargos da Irmandade e suas competências; atribuições do juiz, do tesoureiro, do escrivão, do procurador, do andador e do capelão). Volume 2. [fól.6v]. p.295.

O cargo de Juiz é o principal da Irmandade, a elle com= |pete: fazer observar este Compromisso, convocar a Irman= |dade e presidir na falta do Parocho as suas Mesas, ou | reuniões, procurar a exacta economia nas despesas da Irman= |dade, conservação e augmento de seus bens, assignar procura= |ções e outros quaesquer documentos que a Mesa houver de= liberado que passem; abrir numerar, rubricar e encerrar os |livros da Irmandade, menos os das actas ou termos, de in= |ventario, e de receita e despesa; nomear entre os irmãos a= |quelle que deva substituir *alguns dos mesarios* na falta ou impedimento **do mesmo** e do seu supplente legal; manter a |harmonia e paz entre os irmãos, e admoestal=os prudentemen= |te em suas faltas. Em sua ausencia será substituido pe= |lo Thesoureiro. Os irmãos serão convidados antecedente= |mente pelo andador e chamados pelo toque de sino da |Irmandade. O Juiz pagará de joia cem mil reis.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) - grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente à Reforma do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês do ano de 1782, verificamos a presença do elemento “**do mesmo**” retomando o objeto de discurso “*alguns dos mesarios*”. Logo, “**do mesmo**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005), aproximando-se o uso de tal elemento com a aplicação “do mesmo” nos registros dos séculos XX e XXI.

07) Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1782 a 1839), Capítulo IV (termo de aprovação artigo 2). Volume 2. [fól.13v]. p.369.

Termo de aseitação dos 2. Artigos que reformão o Compromisso¹⁸ |Aos 6. dias do mes de Setembro de 1840 no Com[is]torio da *Irmandade /de Nossa Senhora do Amparo*, a Chando=se reunida em Meza redonda |o Reverendo Capelaõ Irmaõ Jui[s], Escrivam, Tezoureiro, Procurador, emais Mezarios, e Irmaõs afin de [*déleberarem*] sobre a Reforma do Compromisso |naparte, em que im[poim] o Procurador Fiscal de pender da dili= |beração da Meza **desta mesma Irmandade** [*inint.*] [*inint.*] por unanimidade |que

os 2 Artigos ditos asima fican[do] [seo] inteiro [r]igor |todo o disposto no mesmo. [espaço] Com a Condição po[rem]; que não |tenhão efeito retroativo, que [sem] [inint.] todos os Irmaõs e Irmans |que antes dadacta da Comfi[r]mação dos 2 Arti= |gos já pertenciaõ a esta Corporação [gozando] de todos |os sufragios do Artigos 18. e a [sinsmaio] [quanto] entradas, e Joia |de Juiz agora Elevada omaior quanto tudo [Se] [an]tecederá dada= |tta de reforma [dem] diante, asim mais [detriminarãõ] que se |e[m] corporasse aeste Compromisso os 2. Artigos que [se] [retiró] a-|vulço, ipara Constar, eter o Seo inteiro [v]igor mandaraó |lavrav opresente termo por mim Joaõ Pires Cardoso [Junior] |Escrivan atual desta Irmandade. | O Capelam Joaquim Jose da Fonceca [espaço] O Escrivam Joaõ Pires Cardoso |Juis Antonio da [inint.] Ribeiro Junior |Thesoureiro Joaquim [Bonfim] Lages [[inint.] Joachim Zacharia Pacheco |Francisco de Paula Fereira |Joaquim [Nardes] [Muniz] |Francisco da [Castro] Valli |Manoel [inint.] Crus |Padre Simaõ [Muniz] Passos |Joze Henrique [Costa] [França] |Ivo de [S. J.] Coutto |J. Joaquim Coutinho.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo correspondente ao ano 1840, verificamos a presença do elemento “**desta mesma Irmandade**” retomando o objeto de discurso “*Irmandade de Nossa Senhora do Amparo*”. Logo, “**desta mesma Irmandade**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005), sendo tal uso semelhante ao utilizado nos Termos de Devassa.

08) Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (1839), Capítulo 19 (provisão de aprovação). Volume 2. [fól.14r]. p.371-372.

Miguel deNoronha Peres, Conego Prebendado na Cathedral |desta Lial Cidade de Marianna Vigario Capetular Geral, e Provi-|sor do Bispado pelo Illustrissimo e Reverendissimo Cabido- |Sede-Vacante, [inint.]. Aos Fieis Christaens saude, epáz para sempre em Jesus Christo Nosso Senhor, que d[e] todos he verdadeiro |[R]emedio, eLuz e Salvaçãõ. Faço saber que attendendo apetição |doz Mezarios da *Irmandade de NossaSenhora do Amparo da Cidade |Diamantina, deste Bispado*, edous Capitulos q[ue] elles organizaraõ |para serem encorporados ao Compromisso **da mesma Irmandade**, |e servirem como **parte do mesmo**, pedin[d]o me os approvasse |na parte Religiosa; ao que satisfasendo-os em virtude da |Lei Provincial Numero secenta eseis Artigo Segundo de |desoito de Março de mil oito centos e trinta esete, depois-|de consultar o *Reverendissimo* Conego Promotor, e dasmais seria con-|templação: Hei por bem approvar na parte Religiosa |o[s] dous Artigos appresentados, para serem encorporados;|e servirem como parte do Compromisso, que seacha legalmente |Confirmado. Edesta maneira mandei passar apresente Provisão |que será registada nos Livros do Cartorio daCamara Episcopal. |Dada nesta Cidade deMarianna sob o sello da Meza Capitular, |e meu sinal aos quatro deSetembro demil oito centos etrinta e |nove Eu oPadre José Peres daSilva Bemfica Escrivaõ daCamara |Episcopal subscrevi= Miguel deNoronha Peres= Provisão de |approvaçãõ naparte Religiosa dedous artigos

deCompromisso |como nella secontem = Para *Nosso Senhor* vêr = Estava o sello da |Meza Capitular- Bemfica= *Numero* 483: Paga 3\$200*reis* de sello. |Moutinho = Registada no *Livro* 57 do Registo Geral, a*folha* 103 *Ma-rianna* 6 de Setembro de 1839 Felicissimo José da Trindade.~ |He o que secontinha em adita Provisão de aprovação aqual aquis fiel-|mente lance[*i*] por dever do meu Cargo Manoel Bernardes Varélla |daSilveira França Escrivão daIrmandade que oescrevi, eassigno |[*espaço*] [*espaço*] Manoel Bernardes Varélla daSilveira França.21

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo correspondente ao ano 1839, verificamos a presença do elemento “**da mesma Irmandade**” retomando o objeto de discurso “*Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da Cidade Diamantina*”. Logo, “**da mesma Irmandade**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005). Em relação ao elemento “**parte do mesmo**”, este faz referência de forma direta ao objeto de discurso “*deste Bispado*”. Neste caso, pelo fato do elemento usar um nome com a ideia de quantidade “parte” denominamos como anáfora correferencial parcial, segundo Cavalcante (2013).

09) Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778), Capítulo separado (Respectivo aalgumas despesas, edecomo oIrmão Secretario, Sindico, eProcurador, devem Reger as Contas daOrdem, eecomo sehão dehaver nellas.). Volume 2. [fól 44r]. p.173.

Sem embargo daordem não fazer negocios, não deicha porisso deser-|acredora avarias pessoas, por varios titulos, como são annoaes, Joyas |dosIrmãos Mezarios, Esmolas, legados, Alugueis deCazas, evenda |dealgumas couzazSuperfluas áordem. [*espaço*] Pello que ordenamos ao |nosso IrmãoSecretario, que noque respeita aos annoaes no*Livro* que |serve delles, semostra osannos que os Irmãos tempago, edevem, po-|rem pello que respeita aJoya, passados osprimeirosSeis mezes daE= |leição daMeza queServe, eporella vá devitando emo*Livro* decontas |Correntes atodos osIrmãos das Joyas que devem daquelle anno, tudo |emconta Corrente aberta em nome de cada hum, eaomesmotem-|po, vá ao*Livro* dos annoaes, evá pondo Cifrão naquelle anno emque /*este Irmão* serve deMeza, então deve pagar annoal, **omesmo** pra-|ticará emconta corrente com as Esmollas, Legados, Alugueis de cazas, |compradores dealgumas couzas, emcuja conta semostre odeque |procede adivida oque tem dado, eoque Resta, para desta forma, se...

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco do ano de 1778, verificamos a presença do elemento “**omesmo**” retomando de forma direta o objeto de discurso “*este Irmão*”. Logo, “**omesmo**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

10) Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1782). Volume 2. [fól.3r]. p.285.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor³, |Os abaixo assignados Mezarios e Irmãos |da Irmandade de Nossa Senhora das Mer-|cês desta Freguezia de Santo Antonio da Sé da Cidade Diamantina, tendo reformado |o *seu Compromisso*, em dezenove Capítulos, |requerem Vossa Excelência que, depois de examina-|do, se digne conceder-lhe a sua aprovação |canonica e bem assim licença para que o |**mesmo** possa ser |registrado no Cartorio do ser-|ventuario publico desta Cidade. |Nestes termos pedem benigno deferimento. | E. R. M. |Juis Ju[inint.] |P]io Fernandes |Escrivão – José Jorge. Procurador Jozé Joaquim da Conceição |João Henrique Costa |Antonio Ignacio |Francisco [inint.] [inint.] |Julio Caetano Gomes Ribeiro. |João Honorato da Conceição. João Hermogenes da Costa |José Guilherme Ferreira dos Santos.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho correspondente ao Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês correspondente ao ano 1782, verificamos a presença do elemento “**o mesmo**” retomando o objeto de discurso “*o seu Compromisso*”. Logo, “**o mesmo**” trata-se de uma anáfora direta, segundo Marcuschi (apud, KOCH, 2005).

11) Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mêrces(1782), Capítulo 23 (Cuidados dos irmão com a conservação da Irmandade). Volume 2. [fól.21v]. p.261.

O Juiz eseos Mezarios |desta nossa *Irmandade* todos geral mente, e cada hum depersi, cuidem na conservação **damesma**, edevem defendela, etudo aquillo |quefor abeneficio, deve por em *Meza* ainda que não tenha car-|go algum **namesma** dando parte do que [osuber], porque isto |se intende, zello, eIrmão fiel aesta nossa Irmandade, ese ouver alguma duvida sobre alguma couza que seinнове, *eque* não es-|teja declarado neste Comprimicio, sefara Meza arespeito |doque houver denovo, esediscedirá como justo for. Cuidará |mais esta Irmandade nas esmollas dasbacias aque setirem |noz dias proprios determinado em virtude das Provizoens, e vem |a ser Santa Luzia as terças feiras NossaSenhora do Parto as= |quartas feiras São Gonçalo Garcia asquintas feiras. *Nossa Senhora* |daSaude aos Sabbados São Elesbão, eSanta Efigenia as Ses |tas feiras. NossaSenhora das Mercês aos Domingos como Pa= |droeira das devoçoens anexas aesta Irmandade para que os= |nossos vindouros conservem as mesmas devoçoens.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho de um testemunho do ano de 1782, verificamos a presença do elemento “**damesma**” que faz referência de forma direta ao objeto de discurso “*Irmandade*” expresso anteriormente, sendo que o elemento “**damesma**” trata-se de uma anáfora direta. Em seguida o elemento “**namesma**” faz remissão de forma direta ao elemento “*Meza*”, apresentando-se como uma anáfora direta, segundo Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005).

12) Livro do Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco (1778), Volume 2. [fól.10v]. p.39.

Por ser grande odescuido quehá nos Imaons, emfrequentam-|rem os Sacramentos |dapenitencia, e Communham nossegũ-|dos Domingos domez, commo tambem em acistir aos emter-|ros dos Irmaons defuntos, queremos quetodo *oIrman* quefor |admoestado tres vezes paraacodir aestas obrigaçoens, eonam |fizer, nem allegar desculpa quesedevea acceitar, seobservará |omesmo que fica determinado no § 5.º deste *Capítulo*.

FONTE: Duchowny e Coelho (2013) – grifos nossos.

Análise: Após a leitura desse trecho de um testemunho do ano de 1778, verificamos o elemento “**omesmo**” que faz referência de forma direta ao objeto de discurso “*oIrman*” expresso anteriormente. Dessa forma, o elemento “**omesmo**” apresenta-se como uma anáfora direta, segundo Marcuschi (*apud*, KOCH, 2005).

Podemos verificar após a análise de 13 fragmentos antigos dos Estatutos de Irmandade, em língua portuguesa antiga com relação anafórica, 9 fragmentos contendo a anáfora direta, 3 fragmentos contendo a anáfora por nominalização ou encapsulamento e 1 anáfora correferencial parcial. Dessa forma, a maioria dos casos dos excertos referentes à língua portuguesa antiga corresponde à anáfora direta.

A seguir apresentaremos as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar, de forma comparativa, o uso anafórico do item “o mesmo” observando se trata de um uso especificamente contemporâneo ou se, ao contrário, é um uso antigo que permaneceu na língua e vem se propagando até os dias atuais, de acordo com as teorias e exemplos apresentados. Para tanto, foram extraídos excertos do histórico de Registro de Ocorrências Policiais (REDS), correspondentes ao Português Brasileiro Contemporâneo, dos séculos XX e XXI, bem como os fragmentos dos Termos de Devassa e Estatutos de Irmandade, dos séculos XVIII e XIX. Foi verificado se esse tipo de uso é relativamente novo ou se trata de uma estrutura antiga da língua que permaneceu, através da nossa memória, ao ser compartilhada durante o processo discursivo.

Após a análise comparativa dos dados contemporâneos e pretéritos da língua portuguesa, constatamos, em ambos, o uso referencial do item “o mesmo” retomando o objeto de discurso já citado no texto de forma explícita e até mesmo implícita, dependendo da compreensão do leitor para localizá-lo.

Nos dados do Português Brasileiro contemporâneo referente ao histórico do REDS, ocorre o uso do “mesmo” de forma anafórica. Em relação aos tipos de anáfora nesses dados contemporâneos, constatamos a anáfora direta, indireta e anáfora por nominalização.

Em relação aos dados da língua portuguesa referentes aos Termos de Devassa do século XVIII, foi constatado o uso do item “mesmo” apenas como anáfora por nominalização. Já nos Estatutos de Irmandade do século XVIII e XIX, ocorre também o uso do “mesmo” de forma anafórica. Em relação aos tipos de anáfora nesses estatutos, apuramos a anáfora por nominalização, anáfora direta e um caso de anáfora correferencial parcial.

Sob uma perspectiva mais ampliada dessa análise, a anáfora mais recorrente em todos os corpora é a anáfora direta, em que há uma equivalência semântica do “mesmo” com seu elemento antecedente, ou seja, substituindo-o através de uma relação de correferencialidade. Dessa forma, essa recategorização contribui para a organização e retomada das ideias presentes no texto e da manutenção tópica.

Em relação ao processo de mudança, constatamos que o uso do “mesmo” é aplicado aos pronomes de terceira pessoas para fazer referência a alguma ideia já

apresentada no discurso. O uso anafórico do “mesmo” passa a ser de acordo com a preferência do interlocutor do discurso, não se preocupando com as opiniões contrárias de diversos estudiosos da língua:

É verdadeiramente ridícula essa substituição, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: “Vou à casa de minha mãe: falarei com a mesma sobre o assunto” – “Realizou-se ontem a esperada festa; à mesma compareceram...”. É o caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa. (MENDES, 1957, p.121).

Reproduzamos corrigidos, os exemplos dados: “Vou à casa de minha mãe, com quem falarei sobre o assunto” (ou: e com ela falarei sobre o assunto) - Realizou-se ontem a esperada festa, à qual compareceram... (MENDES, 1957, p.122).

Nesse sentido, mesmo havendo certo controle por parte dos padrões mais conservadores da língua escrita, esse uso anafórico do item “mesmo” ocorre independentemente da imposição de regras. Salientamos que a permanência do uso do “mesmo” com a função anafórica também pode ser explicada pela sua etimologia do latim “metipsimus”, já apresentada por Cunha (2010), com o significado de “idêntico” e “semelhante” a alguma coisa. Dessa forma, a raiz etimológica desse item lexical estabelece uma relação de referência, cuja interpretação encontra-se com algo que o precede, como se fossem elementos iguais.

Percebemos, então, através desta pesquisa, que o uso do “mesmo” com sentido anafórico não se trata de uma criação do Português Brasileiro contemporâneo, mas ao contrário disso, é um uso que remonta, pelo menos, ao século XVIII – que é o período mais recuado dos corpora desta pesquisa. Acreditamos que o resultado desta pesquisa visa contribuir para os estudos da Linguística Histórica, investigando e descrevendo as mudanças e as permanências nas estruturas linguísticas com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1957.
- CASTILHO, ATALIBA T. De . *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAGNO, Marcos. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAKHTIN, M. Discourse in the Novel. [1934-35]. In: *Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BEAUGRANDE, Robert de. & DRESSLER, W.U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- _____. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BYNON, Theodora. *Historical linguistics*. GB: Cambridge University Press, 1977.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 44, p. 105-118, jan./jun., 2003.
- CHAROLLES, M. Coherence as a Principle in the Interpretation of Discourse. *Text* 3, 1983.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COSTA, José Maria. *Gramatigalhas “o mesmo”*. 2004. Disponível em: <<http://migalhas.com.br/coluna/gramatigalhas/4192/o-mesmo>>. Acesso em: 29, nov2019.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4.ed. *Revista pela nova ortografia*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCHOWNY, Alexia; COELHO, Sueli. *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: introdução*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HALLIDAY, M.A.K e HASAN, R. *Cohesion in Spoken and Written English*. Londres: Longman, 1973.

_____. *Cohesion in Spoken and Written English*. Londres: Longman, 1976.

HARWEG, R. *Pronomina und Textkonstitution*. Fink, Munique, 1968.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: Koch, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

LASS, R. *On Explaining Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: Lobo, Tânia [et al.](org). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In: Dionísio, A. P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. *Gêneros Textuais e Ensino*. São Paulo: Párola Editorial, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: parábola editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: Ouvir o Inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, L. Gestion du topic et organization de la converstion. In: *Cadernos de estudos Linguísticos*. Campinas, n.41, IEL/Unicamp, 2001.

MUSSELER, Jochen & RICKHEIT, Gert. “Inferenz-und Referenzprozessen bei der Textverarbeitung”. In FELIX, KANNGIESER, S.W., RICKHEIT, G. (eds.). *Sprache und Wissen. Studien zur kognitiven Linguistik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2012.

PAUL, Herman. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Tradução de Maria Luisa Schemann. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923.

PEREIRA, Ivelã. Mesmo: A multifuncionalidade de um item linguístico cameleônico. *Dissertação do curso de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, 2013.

PEREIRA, Ivelã; GORSKI, Edair. A multifuncionalidade do item “mesmo” e sua(s) possível(is) trajetória(s) de gramaticalização. *Guavira Letras*. Três Lagoas MS, 22.n, p.31-47, janeiro/junho 2016.

PIACENTINI, M.T. Não tropece na língua: “o mesmo”. *Língua Brasil Não Tropece na Língua*, dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.portalentretextos.com.br/matéria/o-mesmo,7115>>. Acesso em: 29, nov 2019.

REDS: *registro de eventos de defesa social*. Belo Horizonte: Polícia Civil de Minas Gerais. Superintendência de informações e inteligência policial. 2016.

OLIVEIRA, Anna Karolina Miranda e CACCIAGUERRA, Vanessa. A gramaticalização do item “mesmo”: a mudança nas línguas românicas. *Revista anagrama*. 3.a. 1.ed. Set/nov2009.

RONCARATI, Cláudia. *As cadeias do texto: construindo sentidos*. São Paulo. Parábola editorial, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática contemporânea: teoria e prática*. 1.ed São Paulo: Escala Educacional, 2006.

SCHWARZ, Monika. *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SQUARISI, Dad. Pérola Legislativa. *Correio Brasiliense*. Brasília, maio. Disponível em: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/perolalegislativa>>. Acesso em: 29, nov2019.

TRISTÃO, Roberto Mauro de Souza. O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência. 2007. 141 fls. *Dissertação (Mestrado em Linguística)*. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2007.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore V. Da gramática da palavra/frase para a gramática do texto/discurso. In: VILELA, M; KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa. Gramática da palavra. Gramática da frase. Gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

WEINRICH, H. Textsyntax des Franzosichen Artikles. In: CONTE (1977). *La Linguistica Testuale*. Feltrinelli Economica, Milão, 1976.